COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

CREDN

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS

35:23
35:23

00:00

Dificuldades Institucionais
QUADRO OPERACIONAL VIGENTE
Complexidade dos problemas e seu caráter intersetorial.
Dificuldade da estrutura governamental para cumprir seus atribuições.
Dimensão territorial, problemas sociais e contrastes regionais, que transcendem o campo da especialização ou compartimentação de um só ministério ou organização.

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

56ª Legislatura (2019-2022) – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente
Arthur Lira

1º Vice-Presidente
Marcelo Ramos

2º Vice-Presidente
André de Paula

1º Secretário
Luciano Bivar

2ª Secretária
Marília Arraes

3ª Secretária
Rose Modesto

4ª Secretária
Rosangela Gomes

Suplentes de Secretários

1º Suplente
Eduardo Bismarck

2º Suplente
Gilberto Nascimento

3º Suplente
Alexandre Leite

4º Suplente
Cássio Andrade

Diretor-Geral:
Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa:
Ruthier de Sousa Silva

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Presidente:
Deputado Aécio Neves

1º Vice-Presidente:
Deputado Rubens Bueno

2º Vice-Presidente:
Deputado Coronel Armando

3º Vice-Presidente:
Deputado Claudio Cajado

Diretoria Legislativa:
Diretor: Luciana da Silva Teixeira

Departamento de Comissões:
Diretor: João Batista Silva Aragão Junior

Secretário-Executivo da CREDN
Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

SUMÁRIO

Apresentação **6**
Membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional **11**
Capítulo 1 – Subcomissões **19**
Capítulo 2 – Resumo das atividades da Comissão **21**
Capítulo 3 – Proposições apreciadas **24**
Capítulo 4 – Requerimentos apreciados **37**
Capítulo 5 – Sugestões de emendas apresentadas ao Orçamento **46**
Capítulo 6 – Audiências Públicas **49**
Capítulo 7 – Diplomacia parlamentar **81**
Capítulo 8 – Visitas técnicas e missões oficiais **115**
Equipe Técnica da CREDN **119**
Expediente **119**

Apresentação

No dia 12 de março, quando tive a honra de assumir a presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), estava ciente dos desafios que me aguardavam. Adentrávamos no segundo ano de uma pandemia que atingiu duramente todos os continentes, que é considerada a tragédia sanitária do século, e que ainda cobra cuidados, cooperação e ações objetivas por parte de toda a comunidade internacional.

Esse cenário nos obrigou a rever muitos conceitos e valores, notadamente na esfera da política internacional, que foi testada ao limite em razão do contexto desafiador imposto pela crise sanitária. A CREDN sempre foi um catalisador das relações internacionais do nosso país e buscamos, desde o princípio, colaborar com o esforço nacional empreendido no combate à pandemia. Nesse sentido, elegi, como uma das nossas prioridades, contribuir com as ações voltadas à aquisição dos insumos médicos e dos imunizantes necessários para combater a doença, de modo a reduzir a curva de contaminação e de óbitos, que castigavam duramente o país no primeiro semestre de 2021. Sempre ressaltei que essas medidas contaram com o engajamento e incondicional apoio de todos os membros do Colegiado, que abraçaram, desde o início, todas as iniciativas propostas voltadas ao enfrentamento da grave crise de saúde pública.

Paralelamente, defendi a adoção, pelo Brasil, da quebra temporária de patentes para que o acesso às vacinas contra a Covid-19 fosse o mais acelerado possível, de tal sorte que pudéssemos evitar as lamentáveis perdas de vidas humanas e também desafogar os hospitais das redes pública e privada, que já não conseguiam atender ao número cada vez maior de pacientes. Para tanto, dialoguei com o governo federal, na figura do seu ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, com o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, com o diretor-presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, com a equipe de diplomatas brasileiros da Missão do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), e com diversas outras autoridades diplomáticas de países produtores de insumos empregados na produção de imunizantes.

Ainda na esteira do esforço coletivo de enfrentamento à pandemia, tive a satisfação de ser o relator do Projeto de Lei nº 12, de 2021, transformado na Lei ordinária nº 14.200, de 2021, que autoriza o governo a quebrar patentes para produzir medicamentos e vacinas nos casos de emergência nacional ou internacional ou de interesse público, ou de reconhecimento de estado de calamidade pública. Trata-se de medida que será aplicada não apenas na atual crise sanitária que ainda vivemos, mas nos deixará melhor preparados para outras que eventualmente surjam. É, portanto, uma ação concreta que toca o presente e o futuro e a sua materialização contou com o apoio suprapartidário dos integrantes da CREDN e de toda a Câmara dos Deputados.

Além da atuação no âmbito da crise sanitária e o seu combate, esta Comissão exerceu protagonismo em algumas outras frentes para defender os interesses do país e de cidadãos brasileiros no exterior, além de fortalecer a sua histórica tradição de contribuir com o direito internacional humanitário.

Como exemplo dessas ações, vale singularizar o apoio que prestamos aos estudantes brasileiros que encontravam dificuldades na obtenção de vistos de entrada para estudo no exterior. Devido à pandemia de Covid-19, muitos estudantes já aprovados e, em vários casos, com o apoio de instituições internacionais de fomento, enfrentavam dificuldades para conseguirem vistos de entrada em países europeus, às portas do início do semestre letivo. Buscando reverter a situação, fizemos contato com os embaixadores da Alemanha, Itália, França, Espanha, Dinamarca e Bélgica, além do representante da União Europeia em Brasília. A situação foi revertida com grande sucesso e milhares de estudantes puderam realizar os seus sonhos de dar seguimento aos seus estudos no exterior.

São dignos de nota, igualmente, os esforços da CREDN no sentido de garantir a acolhida de cidadãos do Afeganistão, sobretudo de mulheres e meninas, que corriam sérios riscos se permanecessem naquele país, invadido pelo grupo fundamentalista Talibã após a retirada das tropas da OTAN. A nossa atuação foi decisiva para a publicação da Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 24, de 3 de setembro de 2021, regulamentando o visto humanitário para afegãos em situação de vulnerabilidade. Com esse gesto, a Comissão ajudou a levar esperanças a milhares de afegãos, que dependem da solidariedade de outros povos para recomeçar a vida.

No campo da diplomacia parlamentar, dialoguei com embaixadores brasileiros e estrangeiros, com o objetivo de identificar possíveis óbices à fluidez das relações do Brasil com o mundo. Foram conversas francas que contribuíram, de forma objetiva, para o aperfeiçoamento das relações internacionais do nosso país.

Na mesma linha, a comissão debateu temas importantes, que impactam as relações comerciais do Brasil com o resto do mundo, como meio ambiente, e em especial a Amazônia, discutindo questões como a posição brasileira na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-26), a participação do país no programa climático da OCDE e a adoção da Emenda Kigali de controle de gases de efeito estufa, sempre em defesa do Brasil, do seu rico patrimônio natural e de sua biodiversidade.

Também defendemos, com dedicado empenho, a ratificação de instrumentos internacionais firmados pelo Brasil com vários Estados estrangeiros e organismos multilaterais, que legarão ao nosso País, quando internalizados, ganhos em várias áreas estratégicas, como defesa, ciência e tecnologia, espacial, navegação aérea, financeira, propriedade intelectual, previdenciária e fronteiriça. De forma especial, defendi o Acordo de Associação Comercial, já aprovado entre o MERCOSUL e a União Europeia, fruto de duas décadas de negociações, que não podem ser perdidas por eventuais problemas que são transitórios e não permanentes.

Apraz-me destacar, outrossim, que no aniversário de 25 anos de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Câmara dos Deputados, por intermédio desta Comissão, promoveu seminário internacional para reafirmar seu compromisso com a

cooperação multilateral e para render justa e merecida homenagem ao professor e filósofo luso-brasileiro Agostinho da Silva – um apaixonado propagador da lusofonia no mundo. Esse evento, que teve lugar em Lisboa, Portugal, no dia 11 de novembro, reuniu acadêmicos, intelectuais, políticos, diplomatas, autoridades governamentais e jornalistas oriundos dos países integrantes da Comunidade. Essa jornada ofereceu uma ampla e bem-vinda diversidade de visões e perspectivas sobre o nosso projeto comunitário e foi fundamental para devolver ao parlamento brasileiro, e à CREDN, de forma especial, o protagonismo de fazer andar a agenda de cooperação com a África, continente com expressivo potencial de crescimento, além de fortalecer o papel da CPLP, que tem pela frente o desafio de avançar em outras áreas de interesse mútuo, mantendo vívidas as identidades culturais e linguísticas que unem nossos povos.

No que concerne à política externa, a tônica desta presidência foi a de fazer avançar a pauta internacional com base no interesse do Brasil, de forma autônoma, para além de radicalismos pontuais e sempre evitando alinhamentos automáticos. Essa sempre foi a tradição brasileira, marcadamente orientada pela busca do fortalecimento do diálogo e de entendimentos e, graças à ação deste Parlamento, estamos conseguindo retomá-la.

Nos domínios da Defesa Nacional, trabalhei pela ampliação da interlocução da CREDN com as Forças Armadas. Essa diretriz teve início com a primeira audiência pública que realizamos, no dia 5 de maio, com a presença do ministro da Defesa, General Walter Braga Netto, e dos comandantes da Marinha, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos; do Exército, General de Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira; e da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior. Na ocasião, foi apresentado um panorama geral da política nacional de defesa, suas prioridades, desafios e principais projetos e ações voltados à manutenção e garantia da capacidade operativa e dissuasória do país. Mereceu destaque, pelo momento singular que o país atravessava, a chamada Operação Covid-19, que contou com o engajamento contínuo da três Forças, tanto nas ações de enfrentamento à pandemia quanto nas frentes de apoio às vítimas, sobretudo as que residem nos mais longínquos rincões do País.

O ministro da Defesa e os três comandantes militares participaram de duas outras audiências públicas, nos dias 17 de agosto e 27 de outubro de 2021, em atendimento a requerimentos aprovados na CREDN e em outras comissões da Casa, o que realça a centralidade com que a política de defesa e segurança nacionais figuraram na agenda da Comissão.

Também dedicamos especial atenção aos três documentos basilares da Defesa Nacional, a saber: a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN). Para conferir a ênfase e o peso político que esse tema merece, foram realizadas três audiências públicas na CREDN, com a participação do ministro de Estado da Defesa, dos Comandantes das três Forças, ex-ministros ligados à área, acadêmicos, estudiosos do assunto e representantes da indústria nacional de defesa, setor que aporta relevantes contribuições para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico nacional. Nesses debates, um tanto quanto esclarecedores e profícuos, ficou clara a posição do Colegiado em ter uma maior participação na elaboração e na implementação desses documentos, pela sua expressiva relevância estratégica para o país.

Na mesma linha, em 27 de outubro, realizou-se audiência pública para discutir o presente e o futuro do programa de desenvolvimento de submarinos (PROSUB), que contou com a participação do Almirante Marcos Sampaio Olsen, diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear Tecnológico da Marinha. Foi um debate bastante enriquecedor, que propiciou aos membros do Colegiado e ao público ouvinte a oportunidade de conhecer detalhes acerca de um dos mais importantes programas da Força Marítima, bem assim das dificuldades enfrentadas para o seu andamento.

Encerramos o ano com a presença do senhor vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que, de forma inédita, compareceu a uma comissão da Câmara dos Deputados. A participação de Sua Excelência se deu numa concorrida audiência pública realizada em 24 de novembro, quando discorreu acerca de temas ligados à política externa e à soberania nacional, com ênfase na agenda ambiental e no papel do Conselho Nacional da Amazônia, o qual preside, e que lidera as ações de combate às queimadas e ao desmatamento ilegal naquela região.

Considero oportuno registrar que acumulei a presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão do Congresso Nacional incumbido de exercer a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra inteligência e de outras a elas relacionadas, desenvolvidas no Brasil ou no exterior por entes ou agentes públicos, especialmente pelos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Cabe à CCAI assegurar que tais atividades sejam realizadas em conformidade com a Constituição Federal e com as normas constantes do ordenamento jurídico nacional, em defesa dos direitos e garantias individuais, do Estado e da sociedade. A CCAI pode ser considerada a principal instância de controle e de salvaguarda da higidez das atividades de inteligência, e tê-la presidido, juntamente com a CREDN, duas Comissões que lidam com temas de Estado da mais alta relevância estratégica, foi, sem dúvida, uma grande honra e um rico aprendizado.

No âmbito das ações e atividades legislativas, ao longo de 2021, a Comissão realizou 30 reuniões deliberativas em que foram aprovadas 128 proposições incluindo projetos de lei, mensagens de acordos internacionais, projetos de decreto legislativo, requerimentos e outras iniciativas. Neste mesmo período, foram realizadas 13 audiências públicas, e 3 reuniões de comparecimento de ministros de Estado, oportunidade em que os principais temas que figuraram na ordem do dia internacional e de defesa foram debatidos e colocados em perspectiva.

O Colegiado também aprovou dez sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e quatro sugestões de emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA), ambas para o exercício financeiro de 2022, destinadas a garantir a continuidade dos principais projetos estratégicos das Forças Armadas e ações prioritárias do ministério das Relações Exteriores.

Todas essas atividades e produção estão detalhadas neste relatório, que fornecerá ao leitor dados pormenorizados de cada uma delas.

O breve apanhado aqui apresentado demonstra que, mesmo com as limitações e contingências impostas pela crise sanitária causada pela Covid-19, tivemos um ano bastante profícuo, não apenas do ponto de vista da produção e atuação legislativa como

também de ações voltadas à defesa dos interesses superiores do País nos campos da defesa e das relações internacionais, bem assim para dar voz aos nacionais brasileiros que residem ou estão temporariamente no exterior.

Finalizo deixando um agradecimento especial ao engajamento e à atuação de cada membro deste Colegiado, que foram fundamentais para o sucesso dos resultados alcançados e para tornar a caminhada mais agradável. Agradeço, igualmente, a competente e diligente equipe de servidores e assessores da CREDN e de todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o êxito dos trabalhos!

Brasília, fevereiro de 2022.

Deputado Aécio Neves
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

MEMBROS DA

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente e Vice-Presidentes da CREDN

Presidente
DEPUTADO AÉCIO NEVES
(PSDB/MG)

1º Vice-Presidente
DEPUTADO RUBENS BUENO
(CIDADANIA/PR)

2º Vice-Presidente
DEPUTADO CORONEL ARMANDO
(PSL/SC)

3º Vice-Presidente
DEPUTADO CLAUDIO CAJADO
(PP/BA)

Membros titulares

Aécio Neves (PSDB/MG)

Alexandre Leite (DEM/SP)

André Ferreira (PSC/PE)

Antonio Brito (PSD/BA)

Arlindo Chinaglia (PT/SP)

Artur Oliveira Maia (DEM/BA)

Átila Lins (DEM/AM)

Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE)

Bruna Furlan (PSDB/SP)

Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)

Claudio Cajado (PP/BA)

Coronel Armando (PSL/SC)

Daniel Silveira (PSL/RJ)

David Miranda (PSOL/RJ)

Eduardo da Fonte (PP/PE)

Eros Biondini (PROS/MG)

Membros titulares

General Giraõ (PSL/RN)

Henrique Fontana (PT/RS)

Hildo Rocha (MDB/MA)

Jefferson Campos (PSB/SP)

José Rocha (PL/BA)

Luiz Nishimori (PL/PR)

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP)

Marcel van Hattem (NOVO/RS)

Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA)

Odair Cunha (PT/MG)

Pastor Eurico (PATRIOTA/PE)

Paulão (PT/AL)

Paulo Ramos (PDT/RJ)

Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA)

Perpétua Almeida (PCdoB/AC)

Reinhold Stephanes Junior (PSD/PR)

Membros titulares

Roberto de Lucena (PODE/SP)

Rodrigo Agostinho (PSB/SP)

Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC)

Rubens Bueno (CIDADANIA/PR)

Soraya Santos (PL/RJ)

Stefano Aguiar (PSD/MG)

Membros suplentes

Acácio Favacho (PROS/AP)

Adolfo Viana (PSDB/BA)

Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

Aroldo Martins (REPUBLICANOS/PR)

Camilo Capiberibe (PSB/AP)

Capitão Fábio Abreu (PL/PI)

Carlos Zarattini (PT/SP)

Cezinha de Madureira (PSD/SP)

David Soares (DEM/SP)

Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)

Fausto Pinato (PP/SP)

Fernando Coelho Filho (DEM/PE)

Fernando Monteiro (PP/PE))

Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)

Gilberto Nascimento (PSC/SP)

Giovani Feltes (MDB/RS)

Membros suplentes

Glauber Braga
(PSOL/RJ)

Guilherme Mussi
(PP/SP)

Heitor Freire
(PSL/CE)

Jorielson
(PL/AP)

Léo Moraes
(PODE/RO)

Loester Trutis
(PSL/MS)

Nicoletti
(PSL/RR)

Nilson Pinto
(PSDB/PA)

Patrus Ananias
(PT/MG)

Pedro Augusto Bezerra
(PTB/CE)

Pedro Vilela
(PSDB/AL)

Professora Marcivania
(PCdoB/AP)

Rafael Motta
(PSB/RN)

Raul Henry
(MDB/PE)

Rui Falcão
(PT/SP)

Sargento Fahur
(PSD/PR)

Membros suplentes

Subtenente Gonzaga (PDT/MG)	**Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)**	**Wilson Santiago (PTB/PB)**

Capítulo 1

SUBCOMISSÕES

SUBCOMISSÕES

SUBCOMISSÕES PERMANENTES:

1) **Subcomissão Permanente sobre Políticas Migratórias**

Criada pelo Requerimento nº 6/2019-CREDN, de autoria do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança.

2) **Subcomissão Permanente sobre Indústria Nacional de Defesa e Parcerias Internacionais na Área de Defesa Nacional**

Criada pelo Requerimento nº 7/2019-CREDN, de autoria do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança e da Deputada Perpétua Almeida.

3) **Subcomissão Permanente para Acompanhar os Acordos Firmados com Organismos Internacionais**

Criada pelo Requerimento nº 43/2019-CREDN, de autoria do Deputado Aécio Neves.

SUBCOMISSÕES ESPECIAIS:

1) **Subcomissão Especial para Acompanhamento da Aquisição das Vacinas e Insumos ao Enfrentamento da Pandemia de COVID-19**

Criada pelo Requerimento nº 34/2021-CREDN, de autoria do Deputado Arthur Oliveira Maia.

2) **Subcomissão Especial de sobre a Entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**

Criada pelo Requerimento nº 35/2021-CREDN, de autoria do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança.

3) **Subcomissão Especial em Apoio às Operações Especiais das Forças Armadas**

Criada pelo Requerimento nº 15/2021-CREDN, de autoria do Deputado Vítor Hugo.

Capítulo 2

RESUMO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Reunião de Instalação e Eleição	01
Reuniões Deliberativas	29
Audiências Públicas <u>Audiências Públicas com presença de Ministros de Estado</u>: ● *Audiência Pública realizada em 24/03/2021 com a presença do ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Henrique Fraga Araújo* ● *Audiência Pública realizada em 28/04/2021 com a presença do ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França* ● *Audiência Pública realizada em 05/05/2021 com a presença do ministro de Estado da Defesa, General Walter Braga Netto, acompanhado do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos, do Comandante do Exército, General de Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Júnior.* <u>Audiências Públicas conjuntas</u>: ● *Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, realizada em 07/06/2021 para debater acerca da produção de vacinas no País, ampliação da oferta e imunizante nacional.* ● *Audiência Pública conjunta com as Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Trabalho, Administração e Serviço Público, realizada em 17/08/2021 com a presença do ministro de Estado da Defesa, General Walter Braga Netto, para debater as supostas ameaças às eleições de 2022.* ● *Audiência Pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia, realizada em 10/11/2021 para debater o novo pré-sal no arco norte do território brasileiro.*	16

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Proposições apreciadas (*Mensagem, Projeto de Lei Ordinária e Projeto de Decreto Legislativo*)	MSC: 49 PL: 25 PDL: 7
Requerimentos apreciados	47
Sugestões de Emendas à LDO/2022	10
Sugestões de Emendas à LOA/2022	4
Visitas diplomáticas	17
Visitas técnicas e missões oficiais	2

Capítulo 3

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO

MSC 652/2018 PODER EXECUTIVO - Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Colombo, em 6 de dezembro de 2017.

Aprovada em 17/03/21.

MSC 368/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo sobre Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2018.

Aprovada em 17/03/21.

MSC 139/2019 PODER EXECUTIVO - Emenda ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinada em Brasília, em 24 de outubro de 2017.

Aprovada em 07/04/21.

MSC 482/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Aprovada em 12/05/21.

MSC 507/2019 PODER EXECUTIVO - Do Tratado sobre Extradição entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Aprovada em 12/05/21.

MSC 637/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, assinado em Brasília, em 12 de agosto de 2016.

Aprovada em 12/05/21.

MSC 43/2020 PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Economia, o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre o Brasil e a Suécia para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos Sobre a Renda, assinado em São Paulo, em 19 de março de 2019.

Aprovada em 19/05/21.

MSC 383/2020 PODER EXECUTIVO - Submete à deliberação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Economia, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos sobre Cooperação e Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Aduaneiros, assinado em Puerto Vallarta, Jalisco, México, em 23 de julho de 2018.

Aprovada em 19/05/21.

MSC 430/2020 PODER EXECUTIVO - Texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 20 de janeiro de 2020.

Aprovada em 19/05/21.

PL 4830/2019 MÁRCIO JERRY - Acrescenta o Art. 12-A na Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, para permitir que a propriedade intelectual sirva de garantia de acesso aos benefícios de financiamentos previstos em Lei.

Aprovada em 19/05/21.

MSC 739/2019 PODER EXECUTIVO - Do texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Hungria, assinado em Budapeste, em 9 de maio de 2019.

Aprovada em 26/05/21.

MSC 371/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

Aprovada em 02/06/21.

MSC 556/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

Aprovada em 10/06/21.

MSC 294/2020 PODER EXECUTIVO - Texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2019.

Aprovada em 10/06/21.

MSC 555/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo Relativo ao Trânsito dos Serviços Aéreos Internacionais, feito em Chicago, Estados Unidos da América, em 7 de dezembro de 1944.

Aprovada em 16/06/21.

MSC 412/2020 PODER EXECUTIVO - Texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001, com fins de adesão brasileira ao instrumento.

Aprovada em 16/06/21.

MSC 447/2020 PODER EXECUTIVO - Submete a apreciação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E), assinado em Miami, em 8 de março de 2020.

Aprovada em 16/06/21.

MSC 644/2020 PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Economia, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico sobre o Estabelecimento de Escritório da Organização no Brasil, assinado em Paris, em 8 de junho de 2017.

Aprovada em 16/06/21.

PL 5011/2020 PODER EXECUTIVO - Dispõe sobre o Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa e sobre a Formação Militar, Científica e Tecnológica Aeroespacial.

Aprovada em 16/06/21.

MSC 636/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo-Quadro sobre o Estabelecimento da Aliança Solar Internacional (ASI), assinado em Nova Delhi, República da Índia, em 15 de novembro de 2016, ao tempo em que, solicita a retirada de tramitação da Mensagem nº 94, de 23 de fevereiro de 2018, que também trata dessa matéria.

Aprovada em 23/06/21.

MSC 698/2020 PODER EXECUTIVO - Acordo Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, celebrado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.

Aprovada em 30/06/21.

MSC 444/2019 PODER EXECUTIVO - Texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Astana, em 20 de junho de 2018.

Aprovada em 14/07/21.

MSC 635/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argelina Democrática e Popular, assinado em Brasília / Argel, em 12 de dezembro de 2018.

Aprovada em 14/07/21.

MSC 11/2020 PODER EXECUTIVO - texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, celebrado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.

Aprovada em 14/07/21.

MSC 382/2020 PODER EXECUTIVO - Submete à consideração dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Economia, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Cooperação e Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, assinado em Abu Dhabi, em 27 de outubro de 2019.

Aprovada em 14/07/21.

MSC 403/2020 PODER EXECUTIVO - Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada e Material, assinado em Abu Dhabi, em 27 de outubro de 2019.

Aprovada em 14/07/21.

MSC 553/2020 PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Infraestrutura e da Defesa, os textos dos Protocolos à Convenção de Aviação Civil Internacional, adotados por ocasião da 39ª Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), em Montreal, Canada, em 6 de outubro de 2016.

Aprovada em 14/07/21.

PL 5010/2020 PODER EXECUTIVO - Altera a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha.

Aprovada em 14/07/21.

MSC 469/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tunisiana de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Brasília, em 27 de abril de 2017.

Aprovada em 04/08/21.

MSC 740/2019 PODER EXECUTIVO - Do texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2019.

Aprovada em 04/08/21.

MSC 675/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo de Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 11 de maio de 2017.

Aprovada em 11/08/21.

MSC 600/2020 PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Grão Ducado de Luxemburgo sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada, assinado em Nova York, em 25 de setembro de 2018.

Aprovada em 11/08/21.

MSC 748/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria em Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em Viena, em 19 de junho de 2019.

Aprovada em 18/08/21.

MSC 42/2021 PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Proteção de Informação Classificada e Materiais, assinado em Tel Aviv, em 24 de novembro de 2010; e o texto de sua Emenda, firmada em Tel Aviv e Brasília em 6 de junho de 2018.

Aprovada em 18/08/21.

MSC 165/2021 PODER EXECUTIVO - Texto do Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos

Estados Unidos da América Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência, celebrado em Brasília e em Washington, em 19 de outubro de 2020.

Aprovada em 18/08/21.

PL 6927/2017 TENENTE LÚCIO - Inclui dispositivo na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, para tornar-se um direito o acesso à identificação militar.

Aprovada em 18/08/21.

PL 6983/2017 ALCEU MOREIRA - Inclui dispositivo na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, para conceder direito à expedição da carteira de identidade militar para todos os militares, incluindo os reservistas das Forças Armadas.

Aprovada em 18/08/21.

PL 8654/2017 JORGE CÔRTE REAL - Dispõe sobre a carteira de identidade militar dos Oficiais e Aspirantes-a-Oficial da 2ª Classe da Reserva (R/2) das Forças Armadas.

Aprovada em 18/08/21.

MSC 736/2019 PODER EXECUTIVO - Do texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia para Assistência Jurídica Mútua e Relações Jurídicas em Matéria Civil, assinado em Brasília, em 2 de agosto de 2018.

Aprovada em 25/08/21.

MSC 749/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado, firmado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

Aprovada em 25/08/21.

MSC 108/2021 PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça e Segurança Pública, o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Aprovada em 25/08/21.

MSC 674/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018.

Aprovada em 01/09/21.

MSC 290/2021 PODER EXECUTIVO - Submete à deliberação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Economia, o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020.

Aprovada em 01/09/21.

MSC 45/2020 PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça e Segurança Pública, o texto do Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, assinado em Brasília, em 18 de setembro de 2013.

Aprovada em 15/09/21.

MSC 270/2021 PODER EXECUTIVO - Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Lituânia, celebrado em Nova York, em 26 de setembro de 2018.

Aprovada em 22/09/21.

MSC 282/2021 PODER EXECUTIVO - Texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel de Previdência Social, assinado em Jerusalém, em 27 de fevereiro de 2018.

Aprovada em 22/09/21.

MSC 366/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão, assinado em Brasília, em 6 de agosto de 2018.

Aprovada em 29/09/21.

MSC 78/2020 PODER EXECUTIVO - Texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Romênia sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2017.

Aprovada em 29/09/21.

PL 7226/2017 ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA - Dá nova redação às alíneas "q" e "r" do inciso IV do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, para conceder porte de arma sem restrições às praças que discrimina.

Aprovada em 29/09/21.

PL 3634/2019 CÁSSIO ANDRADE - Altera o Código Penal Militar para dispor sobre a perda de patente ou exclusão de militar autor de violência doméstica.

Aprovada em 20/10/21.

MSC 758/2018 PODER EXECUTIVO - Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Transporte Aéreo, assinado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.

Aprovada em 01/12/21.

MSC 645/2020 PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos Sobre Cooperação em Matéria de Defesa, celebrado em Brasília, em 13 de junho de 2019

Aprovada em 01/12/21.

PL 2328/2021 EDUARDO BARBOSA - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para identificar expressamente os destinatários do benefício de prestação continuada.

Aprovada em 01/12/21.

MSC 318/2020 PODER EXECUTIVO - Texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Bulgária, assinado em Brasília, em 1º de fevereiro de 2016.

Aprovada em 08/12/21.

PDL 765/2019 REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2017.

Aprovada em 08/12/21.

MSC 480/2019 PODER EXECUTIVO - Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul Acerca de Coproduções Audiovisuais, celebrado em Brasília, em 13 de setembro de 2018.

Aprovada em 15/12/21.

MSC 738/2019 PODER EXECUTIVO - Do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de San Marino para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em San Marino, em 31 de março de 2016.

Aprovada em 15/12/21.

MSC 23/2020 PODER EXECUTIVO - Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado da Cidade da Guatemala, em 25 de julho de 2019.

Aprovada em 15/12/21.

MSC 495/2020 PODER EXECUTIVO - Texto modificado do Convênio Constitutivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

Aprovada em 15/12/21.

PDL 927/2021 REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova texto do acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018.

Aprovada em 15/12/21.

PDL 930/2021 REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de uso Particular, assinado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.

Aprovada em 15/12/21.

PDL 934/2021 REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto retificado do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia, a República do Chile, a República do Equador, a República do Peru e a República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006.

Aprovada em 15/12/21.

PL 4853/2019 JOÃO ROMA - Altera dispositivos do Decreto-lei número 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código de Processo Penal Militar para determinar que o Inquérito Policial Militar será eletrônico, com peças assinadas digitalmente, além de armazenado em um sistema informatizado único de âmbito nacional e dá outras providências.

Aprovada em 15/12/21.

PL 9956/2018 LAURA CARNEIRO - Institui o Programa Reservistas em Ação por Cidadania, dispõe sobre o treinamento e aproveitamento profissional do Reservista Cidadão e dá providências correlatas.

Rejeitada em 04/08/21.

PL 1040/2019 ROBERTO PESSOA - Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que versa sobre o Serviço Militar, para dispor sobre o oferecimento de cursos profissionalizantes a jovens alistados no serviço militar.

Rejeitada em 04/08/21.

PDL 94/2019 HELIO LOPES - Susta a aplicação de dispositivo do Decreto nº 8.518, de 2015, que "Dispõe sobre a carteira de identidade de militar das Forças Armadas, o documento de identificação de seus dependentes e pensionistas e o documento de identificação dos integrantes da Marinha Mercante".

Rejeitada em 18/08/21.

PL 6927/2017 TENENTE LÚCIO - Inclui dispositivo na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, para tornar-se um direito o acesso à identificação militar.

Rejeitada em 18/08/21.

PL 6983/2017 ALCEU MOREIRA - Inclui dispositivo na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, para conceder direito à expedição da carteira de identidade militar para todos os militares, incluindo os reservistas das Forças Armadas.

Rejeitada em 18/08/21.

PL 8654/2017 JORGE CÔRTE REAL - Dispõe sobre a carteira de identidade militar dos Oficiais e Aspirantes-a-Oficial da 2ª Classe da Reserva (R/2) das Forças Armadas.

Rejeitada em 18/08/21.

PL 659/2019 MARRECA FILHO - Dispõe sobre a carteira de identidade militar dos Oficiais e Aspirantes-a-Oficial da 2ª Classe da Reserva (R/2) das Forças Armadas.

Rejeitada em 18/08/21.

PL 909/2019 JOÃO ROMA - "Acrescenta dispositivo na Lei nº 6880, de 9 de Dezembro de 1980 para conceder aos militares o direito de identificação militar aos integrantes das Forças Armadas, da ativa, reserva remunerada e não remunerada ".

Rejeitada em 18/08/21.

PL 1015/2019 CAPITÃO AUGUSTO - Altera o art. 9º do Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, para dispor sobre o direito de manifestação do pensamento do militar.

Rejeitada em 18/08/21.

PL 4390/2019 CAPITÃO ALBERTO NETO - Altera a Lei nº 7.534 de 17 de julho de 1986, que dispõe sobre a manifestação, por militar inativo, de pensamento e opinião políticos ou filosóficos, e o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969- Código Penal Militar, para permitir a livre manifestação de opinião e pensamento ao militar ativo e inativo.

Rejeitada em 18/08/21.

PL 4515/2019 JULIAN LEMOS - Ob-roga o art. 166, do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.

Rejeitada em 18/08/21.

PL 4510/2020 CARLOS ZARATTINI - Estabelece nova definição sobre o que se entende como atividade de inteligência do Estado, dispõe sobre a tipificação criminal do desvio de finalidade em atividades inerentes aos serviços de inteligência e altera a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 (Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência e a ABIN); e a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 (Crimes de Abuso de Autoridade).

Rejeitada em 18/08/21.

PL 199/2021 KIM KATAGUIRI - Altera a Lei n° 9.883, de 07 de dezembro de 1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, estabelecendo normas procedimentais para coleta, tratamento, compartilhamento e disseminação de informações, de forma a assegurar a estrita observância aos direitos, liberdades e garantias individuais e coletivas.

Rejeitada em 18/08/21.

PL 1144/2019 CARLOS BEZERRA - Altera os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira.

Rejeitada em 01/09/21.

PL 5387/2020 SENADO FEDERAL - IZALCI LUCAS - Altera a Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, para permitir a designação de militares da reserva remunerada da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para a realização de atividades-fim, na forma do regulamento, das respectivas corporações, em caráter voluntário e temporário, por absoluta necessidade do serviço.

Rejeitada em 15/09/21.

PDL 206/2020 TABATA AMARAL - Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos do parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.341 de 06 de maio de 2020, que “autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei

e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal".

Rejeitada em 29/09/21.

PDL 208/2020 ALESSANDRO MOLON - "Susta efeitos do Decreto 10.341, que Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal."

Rejeitada em 29/09/21.

PL 3228/2012 RUBENS BUENO - Proíbe a produção, a utilização, o armazenamento e a comercialização de bombas de dispersão, fragmentação, ou munições cluster, em todo o território nacional.

Rejeitada em 15/12/21.

Capítulo 4

REQUERIMENTOS APRECIADOS

REQUERIMENTOS APRECIADOS NA COMISSÃO

REQ-3/2021 AÉCIO NEVES - Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, convidando o Excelentíssimo Ministro de Estado da Defesa, a fim de explanar sobre as prioridades da Pasta para o ano de 2021.

Aprovado em 17/03/21.

REQ-4/2021 AÉCIO NEVES - Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, convidando o Excelentíssimo Ministro de Estado das Relações Exteriores, a fim de explanar sobre as prioridades da Pasta para o ano de 2021.

Aprovado em 17/03/21.

REQ-5/2021 PERPÉTUA ALMEIDA - Requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia Comunicação e Informática, tendo os seguintes convidados: Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Saúde e da Relações Exteriores; bem como, representantes da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e do Instituto BUTANTAN para debater o atual estágio da produção de vacinas no Brasil, a possibilidade de ampliação da produção diária, contratos firmados, as iniciativas diplomáticas e comerciais par ampliação da oferta de vacinas, e o apoio governamental as pesquisas relativas a produção de imunizante de caráter totalmente nacional.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-6/2021 PERPÉTUA ALMEIDA - Requer a realização de Seminário Internacional 5G para analisar a implantação da tecnologia 5G no Brasil e propor estratégias normativas com vistas ao aperfeiçoamento da legislação relacionada aos serviços de telecomunicações, em conjunto com Grupo de Trabalho sobre a Implantação da Tecnologia 5G no Brasil e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Aprovado em 07/04/21.

REQ-7/2021 SORAYA SANTOS - Requer a realização de Audiência Pública para discutir a tecnologia do 5G e o seu impacto na defesa nacional.

Aprovado em 07/04/21.

REQ-11/2021 CORONEL ARMANDO - Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, convidando o Excelentíssimo Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional, a fim de explanar sobre a atividade de inteligência institucional no Brasil e no mundo.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-12/2021 PERPÉTUA ALMEIDA - Requer informações ao Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores sobre referências constantes do relatório publicado pelo Departamento de Saúde e Serviços Humanos americano no qual afirma que o Governo do Estados Unidos da América pressionou o Governo Brasileiro para rejeitar a compra da Sputnik V, vacina russa contra a Covid-19.

Aprovado em 12/05/21.

REQ-15/2021 VITOR HUGO - Solicita a criação de Subcomissão Especial em Apoio às Operações Especiais das Forças Armadas, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

Aprovado em 02/06/21.

REQ-16/2021 RUBENS BUENO - Requer a realização de audiência pública para debater sobre o agravamento da Covid nos estados e municípios e o pedido de ajuda internacional formulado por prefeitos para o enfrentamento da pandemia.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-17/2021 AÉCIO NEVES - Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, convidando o Excelentíssimo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, a fim de explanar sobre as prioridades da Pasta para o ano de 2021.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-19/2021 AÉCIO NEVES - Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, convidando o Excelentíssimo Ministro de Estado da Defesa, General Walter Souza Braga Netto, a fim de explanar sobre as prioridades da Pasta para o ano de 2021.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-23/2021 HENRIQUE FONTANA - Requer a realização de Audiência Pública com a presença das seguintes autoridades: General Fernando Azevedo e Silva, General Edson Pujol, Almirante e Ilques Barbosa e Brigadeiro Antônio Carlos Moretti Bermudez, a fim de apresentarem o balanço de suas gestões e, ainda, esclarecerem a respeito dos pedidos de demissão.

Aprovado em 12/05/21.

REQ-25/2021 PATRUS ANANIAS - Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a CMADS e a CDHM, a fim de debater a proposta de reconhecimento internacional do direito ao meio ambiente saudável como um direito humano.

Aprovado em 26/05/21.

REQ-29/2021 ALEXANDRE PADILHA - Requer a realização de audiência pública para ouvir o embaixador do Brasil na França, Luis Fernando Serra, na condição de convidado, para prestar esclarecimentos sobre declarações a respeito da pandemia no Brasil.

Aprovado em 19/05/21.

REQ-34/2021 ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Requer criação da Subcomissão Especial para acompanhamento à aquisição das vacinas e insumos essenciais ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Aprovado em 02/06/21.

REQ-35/2021 LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA - Requer a criação de Subcomissão sobre a entrada do Brasil na OCDE no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Aprovado em 02/06/21.

REQ-36/2021 CAMILO CAPIBERIBE - Requer que seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável audiência pública para discutir os projetos e propostas que o Brasil levará à Conferência do Clima em Glasgow – a COP26

Aprovado em 26/05/21.

REQ-37/2021 PAULÃO - Requer Audiência Pública com a participação do Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e do Diretor-Geral da Agência Brasileira

de Inteligência (Abin), a fim de prestarem esclarecimentos sobre o edital de licitação MJSP de nº 03/21.

Aprovado em 26/05/21.

REQ-38/2021 ARLINDO CHINAGLIA - Requer a realização de Audiência Pública para debater a adesão do Brasil à Convenção de Budapeste sobre o Crime Cibernético, celebrada em 2001 (Mensagem nº 412, de 2020).

Aprovado em 26/05/21.

REQ-39/2021 RUBENS BUENO - Requeremos a realização de audiência pública a fim de debater a adesão do Brasil ao Programa Internacional de Ação sobre o Clima, da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Aprovado em 23/06/21.

REQ-40/2021 DAVID SOARES - Requer, nos termos do art.24, III e do art. 255, ambos Regimento Interno da Câmara dos Deputados, audiência pública para debater a respeito do acordo de livre comércio Mercosul - União Europeia.

Aprovado em 23/06/21.

REQ-43/2021 DAVID SOARES - Requer informações ao Excelentíssimo Ministro da Justiça sobre o combate ao contrabando, sobretudo, de cigarro na fronteira Brasil - Suriname.

Aprovado em 16/06/21.

REQ-45/2021 DAVID MIRANDA - Requer a realização de audiência pública virtual em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa para tratar dos termos e consequências do Tratado de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Européia.

Aprovado em 23/06/21.

REQ-48/2021 AÉCIO NEVES - Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, convidando o Excelentíssimo Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, a fim de explanar sobre a atividade de inteligência no Brasil.

Aprovado em 30/06/21.

REQ-51/2021 CLAUDIO CAJADO - Requer Informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, sobre a proibição de ingresso de estudantes brasileiros em países da Europa.

Aprovado em 14/07/21.

REQ-56/2021 ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Requer a realização de audiência pública, com a presença do Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, para debater sobre 26ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática da ONU (COP26 Glasgow 2021) no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Aprovado em 25/08/21.

REQ-57/2021 CARLOS ZARATTINI - Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática a fim de debater o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).

Aprovado em 25/08/21.

REQ-58/2021 CLAUDIO CAJADO - Requer aprovação de Moção de felicitação ao povo ucraniano, comunidade ucraniana do Brasil e o Governo da Ucrânia pelo 30º aniversario da renovação de independência da Ucrânia e pelo 130º aniversário do início da imigração ucraniana para o Brasil

Aprovado em 25/08/21.

REQ-59/2021 ARNALDO JARDIM - Requer a realização de seminário conjunto da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com o objetivo de debater as posições e propostas do governo federal para a 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26), bem como o posicionamento das entidades do setor produtivo.

Aprovado em 22/09/21.

REQ-60/2021 EDUARDO BOLSONARO - Requer a realização de audiência pública para debater os recentes protestos populares em Cuba e a política de repressão por parte do regime cubano contra a população.

Aprovado em 01/09/21.

REQ-61/2021 ODAIR CUNHA - Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação dos refugiados no Brasil durante a pandemia, com fundamento no artigo 32, inciso XV, alíneas a e m, combinado com o artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados,

Aprovado em 25/08/21.

REQ-62/2021 RODRIGO AGOSTINHO - Requer a realização de audiência pública, no âmbito da CREDN, para debater o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.100, de 2018, Emenda Kigali.

Aprovado em 25/08/21.

REQ-63/2021 ANTONIO BRITO - Requer a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia - CINDRA, Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Des. Rural - CAPADR; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS e; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN, para conhecer, debater e propor propostas e ações para o Governo Brasileiro apresentar na 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - COP-26, que será realizada em Glasgow, no período de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021.

Aprovado em 15/09/21.

REQ-64/2021 PAULÃO - Requer a realização de Audiência Pública com a participação do Ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, e da Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministra Ana Arraes, para prestarem esclarecimentos sobre o edital de leilão do 5G.

Aprovado em 01/09/21.

REQ-65/2021 MÁRCIO MARINHO - Requer a aprovação de “Moção de Pesar” em favor das vítimas, cuja liberdade foi tolhida e da insegurança que se intensifica no Afeganistão.

Aprovado em 01/09/21.

REQ-66/2021 ODAIR CUNHA - Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, Walter Braga Netto, sobre o corte de distribuição de água no semiárido de Minas Gerais, pelo Exército Brasileiro.

Aprovado em 01/09/21.

REQ-67/2021 CAMILO CAPIBERIBE - Requer que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional solicite gestões do Ministério das Relações Exteriores junto à embaixada do Reino Unido no Brasil por tratamento excepcional, quanto à exigência de quarentena, as autoridades brasileiras, parlamentares, governadores, vices, prefeitos, vices, entre outras autoridades brasileiras que se encontrem imunizados e portadores de exame negativo de contaminação pelo coronavírus, que participarão da COP26 .

Aprovado em 15/09/21.

REQ-68/2021 AÉCIO NEVES - Requer a realização de audiência pública para debater Política Externa, Meio Ambiente e Soberania, de acordo com as prioridades definidas pelo Brasil e defendidas nos fóruns internos e internacionais, com a participação do General Hamilton Mourão, vice-Presidente da República Federativa do Brasil.

Aprovado em 15/09/21.

REQ-69/2021 AÉCIO NEVES - Requer a realização de audiência pública para debater o MERCOSUL e o seu papel na integração regional.

Aprovado em 15/09/21.

REQ-70/2021 AÉCIO NEVES - Requer a realização de audiência pública para celebrar o Jubileu de Prata da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como debater as perspectivas para a integração geopolítica dos países lusófonos.

Aprovado em 15/09/21.

REQ-71/2021 PERPÉTUA ALMEIDA - Solicita a aprovação de moção de repúdio relativa ao inadmissível ataque ocorrido na última quinta-feira, dia 16 de setembro de 2021, ao Consulado Chinês no Rio de Janeiro.

Aprovado em 22/09/21.

REQ-72/2021 PEDRO LUCAS FERNANDES - Requer realização de Audiência Pública conjunta na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Comissão de Minas e Energia para discussão do tema: “Um novo “pré-sal” no arco norte do território brasileiro”.

Aprovado em 29/09/21.

REQ-73/2021 CLAUDIO CAJADO - Requer a realização de audiência pública, para discutir a implementação da Política Nacional de Defesa, da

Estratégia Nacional de Defesa, bem como a implementação do Livro Branco de Defesa

Aprovado em 06/10/21.

REQ-75/2021 PAULÃO - Requer informações sobre o exercício de adestramento CORE 21, de que trata o Decreto nº 10.834, de 2021, a ser realizado com a participação de forças militares dos EUA, em conjunto com o Exército Brasileiro, no período de 28 de novembro a 18 de dezembro de 2021, na região do Vale do Paraíba, entre Resende (RJ) e Lorena (SP).

Aprovado em 20/10/21.

REQ-76/2021 ARLINDO CHINAGLIA - Requer seja designada Missão Oficial composta por membros deste colegiado para acompanhar o exercício de adestramento CORE 21, de que trata o Decreto nº 10.834, de 2021, a ser realizado com a participação de forças militares dos EUA, em conjunto com o Exército Brasileiro, no período de 28 de novembro a 18 de dezembro de 2021, na região do Vale do Paraíba, entre Resende (RJ) e Lorena (SP).

Aprovado em 20/10/21.

REQ-79/2021 PERPÉTUA ALMEIDA - Requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA com a presença do excelentíssimo Comandante da Aeronáutica, Senhor Tenente Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, bem como, o Presidente da Embraer, Senhor Francisco Gomes Neto, para prestarem esclarecimentos a esta comissão relativos aos impactos da redução do contrato de compra do cargueiro KC-390 Millenium, produzido pela Embraer, ao programa estratégico de defesa da FAB e para toda a cadeia produtiva da indústria nacional de defesa, e as medidas que podem ser adotadas ainda por este parlamento para buscar soluções para o problema.

Aprovado em 08/12/21.

REQ-80/2021 CLAUDIO CAJADO - Requer a realização de audiência pública, para discutir a implementação da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa, bem como a implementação do Livro Branco de Defesa, com a participação de representantes de empresas do segmento da indústria nacional de defesa.

Aprovado em 01/12/21.

Capítulo 5

SUGESTÕES DE EMENDAS APRESENTADAS AO ORÇAMENTO

SUGESTÕES DE EMENDAS APROVADAS NA COMISSÃO

I - SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022 (LDO) – PROJETO DE LEI Nº 3/2021-CN

(Aprovadas na Reunião Deliberativa Extraordinária da CREDN de 9 de julho de 2021)

Sugestão de emenda nº 01: destinada à Marinha do Brasil (Emenda de Texto) – propõe incluir um novo inciso, na seção I do Anexo III, do PLN nº 3/2021, para ressalvar as despesas relacionadas à manutenção e ampliação da rede de balizamento marítimo, fluvial e lacustre.

Sugestão de Emenda nº 02: destinada à Marinha do Brasil (Emenda de Texto) **–** propõe suprimir o parágrafo 10, do artigo 41, da Seção VI, do Capítulo IV, do PLN nº 3/2021.

Sugestão de Emenda nº 03: destinada ao Exército Brasileiro (Emenda de Texto) – propõe inserir na Seção I (Despesas Primárias Obrigatórias) do Anexo III do PLN nº 3/ 2021, dispositivo para contemplar as atividades de registro e fiscalização de produtos controlados, em conformidade com o que prevê o comando previsto no artigo 142 da Constituição Federal e demais normas infraconstitucionais.

Sugestão de Emenda nº 04: destinada à Aeronáutica (Emenda de Meta) - propõe a inclusão de Meta para contemplar a aquisição de mais duas unidades do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas – Projeto KC – 390 Millennium (Ação 14XJ).

Sugestão de Emenda nº 05: destinada à Aeronáutica (Emenda de Meta) - propõe a inclusão de Meta para contemplar a aquisição de mais 05 (cinco) unidades de aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2 GRIPEN (Ação 14T0).

Sugestão de Emenda nº 06: destinada à Aeronáutica (Emenda de Texto) - propõe a inclusão no Anexo III, Seção I, do PLN nº 03/2021, de previsão de despesas com o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE).

Sugestão de Emenda nº 07: destinada ao Ministério das Relações Exteriores (Emenda de Texto) **-** propõe a inclusão de um inciso XI na Sessão III do Anexo III do PLN nº 03/2021, para prever despesas com contratados locais dos postos de representações diplomáticas e consulares do Brasil no exterior.

Sugestão de Emenda nº 08: destinada ao Ministério das Relações Exteriores (Emenda de Texto) **-** propõe a inclusão de um inciso XII na Sessão III do Anexo III, do PLN nº 03/2021, para prever despesas com auxílio moradia (residência funcional) para os servidores do Ministério das Relações Exteriores no exterior.

Sugestão de Emenda nº 09: destinada ao Ministério das Relações Exteriores (Emenda de Texto) **-** propõe a inclusão de um inciso XIII na Sessão III do Anexo III do PLN 03/2021, para prever despesas com aluguel de imóveis para as representações diplomáticas e consulares do Brasil no exterior.

Sugestão de Emenda nº 10: destinada ao Ministério das Relações Exteriores (Emenda de Texto) **-** propõe a inclusão de um inciso XIV na Sessão III do Anexo III do PLN 03/2021, para prever despesas com mecanismos de remoção de servidores do Ministério das Relações Exteriores.

II - SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2022 (LOA/2022) – PLN 19/2021

(Aprovadas na Reunião Deliberativa Extraordinária da CREDN de 10 de novembro de 2021)

Sugestão de Emenda nº 01 (apropriação/acréscimo de despesa) – destinada à Marinha do Brasil.

Descrição da Ação: Construção de Submarinos Convencionais (Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB

Sugestão de Emenda nº 02 (apropriação/acréscimo de despesa) – destinada ao Exército Brasileiro.

Descrição da Ação: Implantação do Sistema de Aviação do Exército Brasileiro

Sugestão de Emenda nº 03 (apropriação/acréscimo de despesa) – destinada à Aeronáutica.

Descrição da Ação: Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-390).

Sugestão de Emenda nº 04 (apropriação/acréscimo de despesa) – destinada ao Ministério das Relações Exteriores.

Descrição da Ação: Relações e Negociações Bilaterais no Exterior (subsidiar o funcionamento de missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras no exterior).

Capítulo 6

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

24 de março de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE COMPARECIMENTO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO

Assessoria de Imprensa/CREDN

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, participou de audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), em 24 de março de 2021. Em atendimento ao Requerimento nº 4/2021-CREDN, de autoria do presidente da CREDN, deputado Aécio Neves (PSDB/MG), o embaixador foi convidado para falar sobre as prioridades da pasta em 2021 e sobre outros temas da política externa brasileira.

Entre os temas debatidos, destacaram-se a compra de vacinas e o ritmo de imunização da população brasileira, bem como a não adesão do Brasil ao pedido de quebra de patentes para facilitar a produção de vacinas e medicamentos para o tratamento da Covid-19.

Uma das principais preocupações dos integrantes da CREDN foi quanto à quantidade de vacinas contratadas pelos grandes países, muito superior ao número de seus habitantes. Os deputados solicitaram ao ministro, a efetiva mobilização da rede diplomática do Brasil no mundo, para que parte dos futuros excedentes de vacinas possam ser adquiridos pelo país.

Enquanto deputados governistas defenderam a atuação do Itamaraty, ressaltando que problemas no abastecimento dos imunizantes não são exclusivos do Brasil, parlamentares de oposição reclamaram da lentidão nas negociações internacionais.

Durante a audiência pública, o presidente da CREDN, deputado Aécio Neves, evidenciou o grande número de mortes em decorrência da Covid-19 e o atraso na vacinação no país. Ele também demonstrou preocupação com as consequências sanitárias e econômicas no pós-pandemia. “Ou nós enfrentamos, de forma adequada, unindo todos os esforços possíveis, na busca da ampliação e universalização da vacinação, acelerando esse processo – que a

mim, pessoalmente, ainda parece lento no Brasil – ou nós, além das dramáticas mortes que diariamente nos sensibilizam a todos, nós teremos ainda maiores dificuldades de superar, do ponto de vista econômico, os danos que essa pandemia também nos traz", destacou.

No encontro, também foram discutidas questões relacionadas aos 30 anos do MERCOSUL, a ratificação do Acordo de Associação Comercial com a União Europeia com a adoção de um compromisso ambiental anexo, por parte dos países signatários, o combate à criminalidade organizada, as negociações comerciais com os Estados Unidos e outros parceiros tradicionais do Brasil, como o Japão.

28 abril de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE COMPARECIMENTO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

Cleia Viana/Câmara dos Deputados

"Os desafios do momento são grandes demais para que qualquer um de nós pretenda ter o monopólio das soluções. Nunca é assim, menos ainda em tempo de urgências tão agudas. As nossas urgências já estão mapeadas: a urgência da pandemia, a urgência da economia e a urgência do desenvolvimento sustentável". Com esta declaração, o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, iniciou a sua participação na audiência pública realizada em 28 de abril de 2021, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

O evento atendeu ao Requerimento nº 17/2021-CREDN, de autoria do presidente da Comissão, deputado Aécio Neves. Na oportunidade, o chanceler, que foi convidado para falar sobre as prioridades da pasta em 2021 e sobre outros temas da política externa brasileira, detalhou as iniciativas adotadas por ele desde que assumiu a pasta no início do mês de abril.

De acordo com o chanceler, além dos contatos com o Diretor-Geral da OMS, o Secretário-Geral da ONU e a nova Diretora da OMC, o Brasil tem buscado o diálogo com o BRICS, o G20 e o MERCOSUL. Neste contexto, o Itamaraty também reforçou o diálogo bilateral com Estados Unidos, China, Israel, Índia, Rússia, Espanha e Reino Unido. Diplomatas brasileiros no exterior têm buscado, ainda, estreitar o diálogo com as empresas fabricantes de imunizantes.

O presidente da CREDN destacou a relevância do debate ambiental para o relacionamento do Brasil com o mundo. "A partir de 3 de maio, tem início a primeira das três reuniões preparatórias para a COP-15 da Biodiversidade, que será realizada em outubro, na China. O principal documento em negociação é o Marco Global para a Biodiversidade pós-2020, com metas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. O Brasil abriga 22% das espécies do planeta, possui 66% de seu território com floresta nativa e é, ao mesmo tempo, o maior exportador líquido de alimentos do mundo. A nossa inserção na economia do século XXI passa por essa qualidade de ser uma potência agropecuária e, também, ambiental. A COP-15 é, portanto, central na estratégia de assegurar a sustentabilidade da produção brasileira", afirmou o deputado Aécio, destacando que a expectativa da sociedade e do Legislativo é de que as intenções anunciadas pelo presidente brasileiro na reunião da Cúpula do Clima, semana passada, resultem em ações concretas, entre as quais, a redução do desmatamento ilegal.

Para o deputado Aécio Neves, “as condições de vida de todos nós, brasileiros, dependem hoje diretamente das relações externas que formos capazes de manter, seja para ter mais vacinas ou para gerar os empregos que precisamos. Sem a cooperação internacional para oferta de vacinas e medicamentos e sem os acordos comerciais não há esperança de melhoria para o Brasil. Durante quatro horas, falamos hoje ao novo chanceler, Carlos França, sobre o desafio que deve ser buscado obstinadamente de resgatarmos o melhor da nossa diplomacia. Vamos confiar que isso seja feito frente à gravidade da tragédia que enfrentamos”, concluiu.

5 de maio de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE COMPARECIMENTO DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, GENERAL WALTER BRAGA NETTO

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados recebeu, em 5 de maio de 2021, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, para discorrer sobre as prioridades da pasta em 2021.

O ministro compareceu à audiência acompanhado dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, respectivamente, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos; General de Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira; e Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior.

O convite ao ministro decorreu da aprovação do Requerimento nº 19/2021-CREDN, de autoria do presidente da CREDN, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), subscrito pelos deputados Camilo Capiberibe (PSB-AP); Carlos Zarattini (PT-SP); David Miranda (PSOL-RJ); Glauber Braga (PSOL-RJ); Henrique Fontana (PT-RS); Marcel van Hattem (NOVO-RS); Paulão (PT-AL); Perpétua Almeida (PCdoB-AC); Soraya Santos (PL-RJ); e Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP).

Respondendo a questionamentos de deputados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o ministro da Defesa ressaltou que, desde o início da pandemia as Forças Armadas estiveram "na primeira linha de combate" à Covid-19, oferecendo apoio de saúde e logística. Entre as ações, o ministro citou o transporte de vacinas e materiais, incluindo

7.500 cilindros de oxigênio, o fornecimento e manutenção de respiradores e a atuação na vacinação de quase 200 mil indígenas.

Em relação aos projetos estratégicos, o ministro e os comandantes das Forças Armadas afirmaram que os cortes no Orçamento deste ano podem prejudicar alguns programas. No veto à lei orçamentária de 2021, a Defesa teve corte de 16% em despesas discricionárias e, também, esteve entre as pastas com o maior volume de recursos contingenciados. Braga Netto observou que o gasto militar tem aumentado no mundo inteiro, enquanto o Brasil ocupa a 85ª posição mundial no orçamento de Defesa em relação ao PIB. O ministro agradeceu os deputados pelas emendas destinadas à Defesa.

Em relação às ameaças nas fronteiras, Braga Netto confirmou que as Forças Armadas acompanham todos os acontecimentos que podem representar problemas tanto nas fronteiras como internamente.

De acordo com o presidente da CREDN, deputado Aécio Neves, o tema Defesa tem sido um dos mais relevantes e caros à Comissão, “e nós pretendemos que continue sendo assim, para que possamos viver em uma sociedade pacificada e próspera”. Segundo ele, “as Forças Armadas são parte essencial à vida democrática do nosso país. O que fica, para todos nós, é o compromisso solene e reiterado do ministro da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas, de defesa intransigente da nossa democracia”, concluiu.

7 de junho de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA: "PRODUÇÃO DE VACINAS NO BRASIL, AMPLIAÇÃO DA OFERTA E IMUNIZANTE NACIONAL"

Depositphotos

As comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados realizaram audiência pública conjunta em 7 de junho de 2021 sobre a produção de vacinas no Brasil.

A audiência atendeu aos Requerimento nº 5/2021-CREDN, de autoria da deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC) e nº 6/2021-CCTCI, também da autoria da deputada Perpétua Almeida, subscrito pelos deputados Luís Miranda (DEM/DF) e Luíza Erundina (PSOL/SP). O evento teve por objetivo discutir o atual estágio da produção de vacinas no Brasil, a possibilidade de ampliação da produção diária, os contratos firmados, as iniciativas diplomáticas e comerciais para ampliação da oferta de vacinas, e o apoio governamental às pesquisas relativas à produção de imunizante totalmente nacional.

À ocasião, foram tratadas pelos palestrantes algumas questões como as frentes de combate à pandemia, os índices de cobertura vacinal no País e a dependência, por parte de muitos países, da importação de insumos e das próprias vacinas. O Secretário de Pesquisa e Informação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações destacou as iniciativas para desenvolver uma competência nacional de produção de insumos farmacêuticos ativos (IFAs) de vacinas, tais como a elevação do nível de segurança de laboratórios, o fomento a mais pesquisadores que trabalham no sequenciamento genético do vírus e o financiamento a protocolos de vacinas.

Participaram do evento como expositores: Marcelo Morales, Secretário de Pesquisa e Informação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Myron Moraes Pires, Coordenador-Geral do Complexo Industrial da Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia,

Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde; João Lucas Quental Novaes de Almeida, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores; Raul Machado Neto, Diretor de Estratégia Institucional do Instituto Butantan; e Marco Krieger, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

14 de junho de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA "ADESÃO DO BRASIL À CONVENÇÃO DE BUDAPESTE SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO"

Will Shutter/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou, em 14 de junho de 2021, audiência pública para debater a adesão do Brasil à Convenção de Budapeste sobre o Crime Cibernético, celebrada em 2001 (Mensagem nº 412, de 2020).

Único ato jurídico internacional sobre crimes cibernéticos e provas eletrônicas, a chamada Convenção de Budapeste foi elaborada para promover a cooperação e a harmonização legislativa entre os Estados membros do Conselho da Europa. Assinada em 2001 e em vigor desde 2004, a Convenção conta hoje com 66 Estados Partes – a maior parte dos membros da União Europeia, Argentina, Chile e Estados Unidos, entre outros – e 10 países observadores. O Brasil, atualmente com *status* de observador da Convenção, foi convidado a aderir ao instrumento em dezembro de 2019.

O texto da Convenção define os principais crimes cometidos por meio da internet, sem determinar as penas correspondentes, ao mesmo tempo em que recomenda aos Estados Partes adotarem medidas legislativas para tipificar crimes cibernéticos como crimes contra a confidencialidade; fraude informática e pornografia infantil.

A audiência pública atendeu ao Requerimento nº 38/2021-CREDN, de autoria dos deputados Arlindo Chinaglia (PT/SP) e Paulão (PT/AL) e contou com a participação de especialistas civis e militares, os quais convergiram que a adesão do Brasil à Convenção é fundamental para que o país tenha acesso a ferramentas de combate aos crimes cibernéticos internacionais. O Brasil é o segundo país do mundo em termos de prejuízos causados por crimes dessa espécie.

O relator da Mensagem nº 412/2020 na CREDN, Deputado Rubens Bueno (CIDADANIA/PR), destacou os principais eixos do acordo internacional. O primeiro é o compromisso, dos

Estados Partes, de elaborar leis penais que tipifiquem e punam as condutas descritas no texto. O outro eixo é composto pelas medidas de cooperação internacional. Assim, os Estados Partes devem se comprometer a extraditar e a prestar assistência, mesmo que não haja acordos bilaterais com o outro país, tanto em medidas cautelares quanto em investigações. Um órgão brasileiro deve ser o responsável pela assistência imediata nas investigações ou procedimentos relacionados a crimes cibernéticos.

Participaram do evento como expositores: Conselheiro Eric do Val Lacerda Sogocio, Chefe da Divisão de Combate ao Crime Transnacional do Ministério das Relações Exteriores; Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira, Diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Marcelo Paiva Fontenele, Diretor do Departamento de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; General de Divisão Fernando José Soares da Cunha Mattos, Chefe da Assessoria do Setor Cibernético do Comando de Defesa Cibernética; Procuradora da República Fernanda Teixeira Souza Domingos, Coordenadora do Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética; e Daniela Eilberg, Coordenadora de Pesquisa da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa.

21 de junho de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA "PROJETOS E PROPOSTAS DO BRASIL PARA A CONFERÊNCIA DO CLIMA EM GLASGOW – COP26"

ONU News/COP26

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou, em 21 de junho de 2021, audiência pública para discutir os projetos e propostas do Brasil para a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), prevista para o período entre 1 e 12 de novembro de 2021, na cidade de Glasgow, na Escócia.

Entre os principais temas da COP-26 destacam-se a implementação do Acordo de Paris, considerado um dos mais importantes compromissos multilaterais para a redução de emissão de gases de efeito estufa, a regulamentação do mercado de carbono e os marcos temporais comuns para as NDCs, sigla em inglês para Contribuição Nacionalmente Determinada, ou seja, o compromisso voluntário de cada nação nas metas de redução dos gases de efeito estufa.

Em atendimento ao Requerimento nº 36/2021-CREDN, de autoria do deputado Camilo Capiberibe (PSB/AP) e subscrito pelos deputados David Miranda (PSOL/RJ) e Paulão (PT/AL), o evento contou com a presença de especialistas e ativistas que apontaram a importância de o Brasil retomar o seu protagonismo em relação ao meio ambiente e suas negociações internacionais.

O chefe da divisão de meio ambiente do Ministério das Relações Exteriores informou que o Brasil se prepara a COP-26 por meio de fóruns com outros países em desenvolvimento (sobretudo G77+China e A-B-U, com Argentina, Brasil e Uruguai) e tem participado de todas as reuniões preparatórias.

Além de cobrar propostas mais contundentes em defesa do clima, a representante da Stocche Forbes/LACLIMA, afirmou que o Brasil precisa despertar para uma nova economia descarbonizada. "Ainda que não exista imposição legal, as empresas brasileiras têm adotado

políticas de redução de emissão de gás de efeito estufa e o Brasil deveria aproveitar para investir em políticas de baixo carbono e energias renováveis", defendeu.

Para a representante da Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, "o setor privado vê a COP-26 como uma grande oportunidade para o Brasil, inclusive para a recuperação econômica do país pós-pandemia. Economia de baixo carbono é sinônimo de desenvolvimento. Não é uma agenda de partido ou de governo, mas uma agenda de Estado", afirmou.

Participaram do evento como expositores: Natalie Unterstell, Representante do Instituto Talanoa; Caroline Dihl Prolo, Representante da Stocche Forbes/LACLIMA; Marina Grossi, Representante da Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; Suely Araújo, Representante do Observatório do Clima; Sineia Wapichana, Representante do Conselho Indígena de Roraima; Marcelo Rocha, Representante da Fridays for Future Brasil; Conselheiro André Dunham Maciel, Chefe da Divisão de Meio Ambiente II do Ministério das Relações Exteriores.

7 de julho de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA "ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL"

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) recebeu, em 7 de julho de 2021, o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Alexandre Ramagem. A ABIN é um órgão da Presidência da República, vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional, responsável por fornecer ao presidente e seus ministros informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, necessárias ao processo de decisão.

A audiência pública atendeu ao Requerimento nº 48/2021-CREDN, de autoria do Presidente da CREDN, deputado Aécio Neves (PSDB-MG) e teve por objetivo tratar dos desafios e prioridades para a inteligência nacional.

Em sua exposição, Ramagem abordou aspectos relacionas à Política Nacional de Inteligência e à Estratégia Nacional de Inteligência e colocou-se à disposição tanto da CREDN como da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), para tratar das pautas prioritárias que passam pela constitucionalização da atividade de inteligência, orçamento e as ameaças ao Brasil e aos seus interesses.

Alexandre Ramagem detalhou, ainda, a participação da instituição em temas como a implantação da tecnologia 5G, classificada por ele como essencial para que o país atraia mais investimentos, e as preocupações com os ilícitos e a migração nas regiões de fronteira.

Para o presidente da CREDN, a audiência pública foi um primeiro passo para a reaproximação entre a ABIN e o Congresso, que exerce a função de órgão de controle externo da atividade. “O Brasil precisa contar com uma inteligência de Estado que possa cumprir o seu papel Constitucional, em defesa dos interesses nacionais e dentro dos limites impostos pelo Estado Democrático de Direito. E vamos dar prosseguimento a esse debate, agora por meio da CCAI”, explicou Aécio Neves. “Essa audiência com o Diretor-Geral da ABIN permite aos membros da CREDN e, também, da CCAI, conhecer melhor a situação atual da nossa inteligência e, com isso, trabalharmos para fortalecer uma inteligência de Estado que contribua com o desenvolvimento do país”, afirmou o deputado.

9 de julho de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA "ADESÃO DO BRASIL AO PROGRAMA INTERNACIONAL DE AÇÃO SOBRE O CLIMA DA OCDE"

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizou, em 9 de julho de 2021, audiência pública para debater a adesão do Brasil ao Programa Internacional de Ação sobre o Clima da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O evento foi realizado em atendimento ao Requerimento nº 39/2021-CREDN, de autoria dos deputados Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) e Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP), subscrito pelos deputados Arlindo Chinaglia (PT/SP) e David Miranda (PSOL/RJ). Para o deputado Rubens Bueno, "é importante que os membros da CREDN possam discutir a participação brasileira no IPAC, do ponto de vista da inserção internacional do Brasil, de sua preocupação com o meio ambiente e com o desenvolvimento de uma economia verde", assinalou.

O Programa Internacional de Ação sobre o Clima (IPAC, na sigla em inglês) contará com um painel de indicadores relacionados ao clima; notas por país com recomendações de políticas específicas e exemplos de boas práticas; e uma plataforma interativa on-line para o diálogo e aprendizado mútuo entre as nações. O IPAC pretende conciliar métricas que sirvam para acompanhar os dados sobre clima em todos os países que decidam participar do programa que, embora não seja obrigatório, está aberto aos 37 países membros da OCDE, aos seis candidatos à adesão e aos países do G20.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Luiz Aguilar, argumentou que esse programa climático ainda está em formação, e tem controvérsias a serem superadas, sobretudo quanto aos indicadores. "Os instrumentos olham só o estado atual e não levam em consideração o histórico da formação dos gases do efeito estufa nem as contribuições de cada país que já ocorreram historicamente. Isso pode levar a indicadores que poderiam ser não tão favoráveis ou desfavoráveis para os países de industrialização mais recente ou em desenvolvimento, como o próprio Brasil", ponderou.

Durante a reunião, o Itamaraty reafirmou que a entrada do Brasil como membro efetivo da OCDE é uma das prioridades da política externa. O pedido formal foi apresentado há quatro anos e, enquanto aguarda a decisão, o país tem buscado participar dos comitês e grupos de trabalho da organização.

Participaram do evento, como expositores: Embaixador Sarquis José Buainain Sarquis, Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Luiz Vicente Vicentin Aguilar, Gerente de Projeto do Departamento de Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e Júlia Mello Neiva, Coordenadora de Desenvolvimento e Direitos Socioambientais Conectas.

17 de agosto de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DE COMPARECIMENTO DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, WALTER BRAGA NETTO

Cléia Viana/Câmara dos Deputados

As Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Fiscalização Financeira e Controle, e Trabalho, Administração e Serviço Público realizaram, em 17 de agosto de 2021, reunião conjunta para ouvir o Ministro da Defesa, Walter Braga Netto.

O evento atendeu a requerimentos de parlamentares das três comissões (Requerimento nº 54/2021-CREDN; nº 165/2021-CFFC e nº 86/2021-CTASP). O ministro foi convidado para prestar esclarecimentos sobre nota oficial assinada por ele e pelos comandantes das Forças Armadas, publicada em 7 de julho, para repudiar declarações do Presidente da CPI da Pandemia, Senador Omar Aziz, sobre a conduta de alguns militares envolvidos em casos suspeitos de corrupção no governo federal, e sobre supostas afirmações do ministro sobre a adoção do voto impresso como forma de promoção de auditoria das eleições

Em sua exposição, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, assegurou que não há intenções golpistas por parte das Forças Armadas, que estas não constituem ameaça à democracia. “O Ministério da Defesa e as Forças Armadas seguem o previsto na Constituição”, afirmou.

Sobre a nota oficial, Braga Netto ressaltou que foi uma resposta a insinuações generalizadas que agrediram as Forças Armadas e que o silêncio significaria uma concordância com o que foi dito na CPI. “Não consideramos que seja correto que sejam feitos prejulgamentos se referindo à participação de militares em supostas falcatruas, de forma generalizada e apenas com base em suspeitas e ilações sem a necessária comprovação material e sem a observação do devido processo legal”, disse o ministro.

Braga Netto reiterou, ainda, que o desfile de blindados, no último dia 10 de agosto, não pode ser visto como ameaça por parte das Forças Armadas ao Estado de Direito. Segundo ele, o evento estava planejado há meses, e disse que a programação fez parte da Operação Formosa, realizada desde 1988." O que não estava planejado era a votação da PEC do voto impresso para o mesmo dia".

O ministro da Defesa destacou que "o país tem somente três poderes que têm de estar harmônicos e serem independentes". Acrescentou, ainda, que as Forças Armadas "são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

Ao explicar que as Forças Armadas atuam estritamente de acordo com o que prevê o Artigo 142 da Constituição Federal, Braga Netto afirmou que "o Presidente da República não usa politicamente as Forças Armadas. Ponto. E não existe política partidária dentro dos quartéis", concluiu.

13 de outubro de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA "EMENDA DE KIGALI AO PROTOCOLO DE MONTREAL SOBRE SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO"

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) realizou, em 13 de outubro de 2021, audiência pública que discutiu a importância do Projeto de Decreto Legislativo 1100/18, que aprova o texto da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal.

O Protocolo de Montreal é um tratado internacional de 1987 para a redução da emissão de substâncias que provocam a erosão da camada de ozônio da atmosfera. A Emenda de Kigali, assinada por 119 países, incluindo o Brasil, foi aprovada em 2016 na capital de Ruanda. O texto prevê a redução gradual do uso dos gases conhecidos como hidrofluorocarbonetos (HFC) nos aparelhos de refrigeração e de ar condicionado. Esses gases não destroem a camada de ozônio, mas têm alto potencial de efeito estufa.

O evento atendeu ao Requerimento nº 62/2021-CREDN, de autoria deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP). De acordo com o parlamentar, "a ratificação da Emenda de Kigali vai alinhar a indústria brasileira às tendências do mercado internacional e pode aumentar a competitividade do Brasil no cenário internacional. O país dará uma sinalização aos investidores estrangeiros sobre seu compromisso com uma economia de baixo carbono e inovação tecnológica", explicou.

Segundo os debatedores, se o Congresso Nacional não ratificar a emenda, o Brasil perde competitividade e o mercado consumidor brasileiro corre o risco de se consolidar como destino de produtos obsoletos e de alto consumo de energia. Além disso, sem a ratificação, o Brasil pode perder acesso aos recursos adicionais do fundo multilateral para implementar as medidas acordadas no protocolo – cerca de 100 milhões de dólares americanos –, os quais poderiam ser utilizados no treinamento de profissionais para trabalhar na modernização de sistemas de climatização, incluindo troca dos gases refrigerantes.

Participaram do evento, como expositores: Suely Machado Carvalho, Especialista Sênior do Painel Assessor de Tecnologia e Economia do Protocolo de Montreal, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Arnaldo Basile, Presidente da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (ABRAVA); e Clauber Leite, Coordenador da Estratégia de Energia do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC).

27 de outubro de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA "PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA (PNM) E PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SUBMARINOS (PROSUB)"

Reila Maria/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, realizou, em 27 de outubro de 2021, audiência pública para debater o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), projetos estratégicos conduzidos pelas Forças Armadas. A reunião contou com a presença, como expositor, do Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha.

O evento atendeu ao Requerimento nº 57/2021-CREDN, de autoria do deputado Carlos Zarattini (PT/SP), que demonstrou preocupação com o contingenciamento dos recursos da Defesa que, na sua visão, comprometem o desenvolvimento dos projetos estratégicos. "Torna-se urgente a discussão sobre o andamento do Programa Nuclear da Marinha e do Programa de Desenvolvimento de Submarinos e, também, dos obstáculos que se sobrepõem à execução desses programas fundamentais para a Defesa e o desenvolvimento nacional", destacou.

De acordo com o Almirante Olsen, um dos temas mais delicados diz respeito ao orçamento para os dois programas. Segundo ele, a Marinha tem conversado com as autoridades políticas e econômicas do governo, para assegurar os recursos necessários à continuidade dos dois projetos. "O cenário orçamentário de 2008 era um, o de hoje, é outro completamente diferente, agravado, inclusive, pela pandemia", afirmou o Almirante.

Olsen explicou que, após o contrato firmado em 2008, um novo compromisso será assinado no próximo ano, mas que a Naval Group ainda não passou o valor global. "Sem o preço final detalhado, a Marinha fica impedida de firmar esse segundo contrato. Eu acredito que esse

contrato poderá ser assinado no primeiro semestre de 2022", disse. O militar reconheceu, também, que há atrasos por parte do Naval Group, na entrega de equipamentos e que a empresa precisa melhorar as entregas e sua cadeia logística. Por outro lado, assegurou que o Brasil está adimplente.

Sobre o reator nuclear, o Almirante Marcos Sampaio Olsen, destacou que o país alcançou um ponto de não retorno, embora sejam muitos os desafios tecnológicos a serem superados. "Não há como centralizar a produção desses equipamentos no Brasil. Atualmente, a Base Industrial de Defesa, no que diz respeito a requisitos nucleares, é muito incipiente, o que obriga o país a buscar no exterior, os equipamentos e insumos necessários", afirmou Olsen.

Para os membros da CREDN, tanto o PROSUB como o Programa Nuclear da Marinha, são fundamentais para o fortalecimento da soberania nacional e a defesa dos interesses estratégicos brasileiros

27 de outubro de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA "DOCUMENTOS BÁSICOS DA DEFESA NACIONAL – MESA 1"

Alexssandro Loyola/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, realizou, em 27 de outubro de 2021, audiência pública para discutir a implementação da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco da Defesa Nacional.

A audiência pública atendeu ao Requerimento nº 73/2021-CREDN, de autoria dos Deputados Claudio Cajado (PP/BA) e Arlindo Chinaglia (PT/SP). Nos termos do requerimento aprovado pelo colegiado, os debates acerca dos documentos básicos da Defesa Nacional, dada a sua singular relevância, foram realizados em 2 (duas) etapas. Nessa primeira etapa, o assunto foi tratado pelo Ministro da Defesa, Walter Braga Netto, e pelos comandantes da Marinha, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos, do Exército, General Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, e da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Júnior.

A Política Nacional de Defesa fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre como alcançá-los. A Estratégia Nacional de Defesa estabelece como fazer o que foi especificado pela política. Já o Livro Branco de Defesa Nacional visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à soberania. Funciona como uma mensagem acerca dos interesses, preocupações e ambições da Defesa.

O presidente da CREDN, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), destacou a tramitação no Congresso, de um Projeto de Resolução que pretende definir um novo rito para a análise e votação, pelas duas Casas do Congresso, dos três documentos da Defesa. Na sua opinião, as comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado, devem exercer papel concreto desde a elaboração até a aprovação dos três instrumentos.

Para o deputado Cláudio Cajado, relator dos três documentos básicos da Defesa Nacional na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), "a discussão por parte dos deputados é fundamental para aperfeiçoarmos os documentos que norteiam as políticas e doutrinas da nossa Defesa Nacional".

O Ministro Braga Netto reconheceu a importância de um maior envolvimento dos deputados e senadores e explicou que a participação dos parlamentares ocorre a partir da segunda etapa de discussão e elaboração dos documentos. No entanto, os deputados querem que a versão final da documentação seja resultado de um amplo debate nas referidas comissões.

Segundo Aécio Neves, "os documentos são enviados ao Congresso Nacional, já prontos, para que possamos apenas analisar, sem que haja possibilidade de qualquer interferência objetiva, ou seja, sem que possamos propor alterações aos seus textos. Entendemos que o papel dos deputados e senadores deveria ser mais objetivo, permitindo que os três documentos possam ser, também, discutidos e alterados pelo Legislativo", explicou.

10 de novembro de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA "UM NOVO PRÉ SAL NO ARCO NORTE DO TERRITÓRIO BRASILEIRO"

Câmara dos Deputados

As comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realizaram, em 10 de novembro de 2021, audiência pública conjunta para debater o potencial petrolífero do arco norte do território brasileiro.

O evento atendeu ao Requerimento nº 72/2021-CREDN, de autoria do deputado Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA) e ao Requerimento nº 105/2021-CME, de autoria dos Deputados Mário Negromonte Jr. (PP/BA) e Coronel Chrisóstomo (PSL/RO).

O deputado Pedro Lucas Fernandes mencionou o grande potencial petrolífero das margens continentais africana e sul-americana do Oceano Atlântico Equatorial. “Estão contabilizados, do lado da Guiana Francesa, em alguns campos que podem ficar a apenas 50 km da fronteira com o estado brasileiro do Amapá, mais de 9 bilhões de barris de óleo equivalente. Considerando uma probabilidade de sucesso geológico de 10% para a Bacia do Pará-Maranhão, a estimativa é que possam ser prospectados até 30 bilhões de barris de petróleo”, destacou.

Durante a audiência, ressaltou-se que a área conhecida como novo pré-sal, no fundo do mar entre os estados do Amazonas e Rio Grande do Norte, não despertou interesse das empresas petrolíferas e que um dos obstáculos está relacionado ao licenciamento ambiental.

De acordo com a superintendente de Avaliação Geológica e Econômica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Juliana Vieira, já foram ofertados 929 blocos na região, também chamada de margem equatorial, com o arremate de 106 blocos. Apenas 47 blocos estão ativos, sendo que o último poço perfurado foi em 2015. São 97 blocos em oferta permanente e sem interesse. A agência investiga a falta de interesse,

estudando questões relacionadas a problemas de licenciamento, a dificuldades com a pandemia de Covid-19 e à transição energética para fontes menos poluentes.

Para contornar os problemas, o diretor-substituto do Departamento de Petróleo do Ministério de Minas e Energia, Carlos Agenor Cabral, disse que foram criados dois grupos de trabalho com o objetivo de integrar a fase de oferta dos blocos, feita pela ANP, com a fase de licenciamento, feita pelo Ibama.

O coordenador-geral de Licenciamento Ambiental do Ibama, Alex de Almeida, elencou as dificuldades operacionais do órgão para a realização das análises do licenciamento ambiental. Ele ressaltou que o rito estabelecido em lei tem várias etapas e não termina com a emissão da licença. "A mesma equipe que analisa o processo de licenciamento tem que acompanhar a execução da atividade", esclareceu.

Uma das conclusões dos debates realizados é que o atraso na exploração pode transformar as bacias em "ativos encalhados", dada a própria transição energética para fontes menos poluentes. Dessa forma, o deputado Pedro Lucas Fernandes, um dos requerentes da audiência, ressaltou que é preciso trazer a classe política para a discussão. "Ter participação permanente neste debate é muito importante", destacou. Nesse sentido, o deputado Cássio Andrade formalizou requerimento para criar uma subcomissão na Comissão de Minas e Energia para tratar da exploração de petróleo na região Norte.

Participaram da audiência, como expositores: Allan Kardec Duailibe Barros Filho - Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão, Ex-Diretor da Agência Nacional do Petróleo em São Luís/MA; Rodolfo Henrique de Saboia - Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Juliana Vieira - Superintendente de Avaliação Geológica e Econômica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Carlos Agenor Onofre Cabral - Diretor Substituto do Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia (MME); Rogério Soares Cunha - Gerente Geral de Ativos Exploratórios da Petrobras; Alex Garcia de Almeida - Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); e João Carlos Corrêa - Diretor da TGS Brasil.

17 de novembro de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA "DOCUMENTOS BÁSICOS DA DEFESA NACIONAL – MESA 2"

Billy Boss/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, realizou, em 17 de novembro de 2021, a segunda audiência pública para discutir a implementação da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco da Defesa Nacional.

A audiência pública atendeu ao Requerimento nº 73/2021-CREDN, de autoria dos deputados Claudio Cajado (PP/BA) e Arlindo Chinaglia (PT/SP). Nos termos do requerimento aprovado pelo colegiado, os debates acerca dos documentos básicos da Defesa Nacional, dada a importância do tema, foram realizados em 2 (duas) etapas. Na primeira Mesa, foram ouvidos o Ministro da Defesa e os Comandantes das Forças Armadas. Nesta segunda etapa, participaram dos debates especialistas na área de defesa.

Os expositores destacaram a necessidade de maior definição do governo e do Congresso Nacional sobre os rumos que política pública de defesa deve tomar. A discussão salientou também a defesa como política de Estado e não de governo e a importância de ter a soberania nacional como um valor essencial.

O ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim, cobrou uma maior participação da sociedade civil não apenas nas discussões sobre a Defesa Nacional, mas também na implementação das políticas. Segundo ele, "numa estratégia de defesa, o objetivo político tem que ser fixado pelo poder civil, e o segundo nível da estratégia de defesa é exatamente o nível em que estão os comandantes militares, junto com o próprio Ministro da Defesa, para verificar se os objetivos pretendidos pelo poder político são factíveis ou não", explicou.

Para o Embaixador Rubens Barbosa, presidente do Centro de Defesa e Segurança Nacional (CEDESEN), os documentos da Defesa não devem primar apenas pelos aspectos militares,

mas geopolíticos também, como as mudanças no cenário internacional, a perda de espaço dos EUA e a emergência da China.

Para o presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Abed), Eduardo Svartman, é preciso que os três documentos em análise tragam claramente os objetivos da política de defesa. "É preciso priorizar e hierarquizar esses objetivos e os documentos não apresentam isso. Quais são as metas? Qual é a escala de tempo? Qual é a alocação de recursos? Qual é a alocação de pessoal? Quais capacidades nós pretendemos adquirir? Se nós não estabelecemos esses parâmetros, fica muito difícil uma política de defesa que efetivamente seja eficaz e que garanta efetividade militar", disse.

O assunto também foi abordado pelo general Luiz Rocha Paiva, do Instituto Sagres, que citou como problema estratégico o processo de demarcação de terras indígenas em áreas de fronteira. Além da Amazônia, o debate também foi marcado pelos interesses estratégicos do Brasil na região do Atlântico Sul.

Já o deputado Cláudio Cajado, relator dos documentos básicos da Defesa Nacional na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), manifestou preocupação com a execução orçamentária da Defesa e os cortes sofridos por vários projetos militares. "Penso eu que um dos fatores importantes seria a questão orçamentária e financeira, ter um fluxo assegurado", afirmou.

Participaram da audiência, como expositores: Nelson Jobim - Ex-Ministro de Estado da Defesa; General Sérgio Etchegoyen - Ex-Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Embaixador Rubens Barbosa - Ex-Embaixador do Brasil nos EUA e Presidente do Centro de Defesa e Segurança Nacional (CEDESEN); Eduardo Munhoz Svartman - Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED); Eurico Figueiredo - Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Ex-Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos da mesma Instituição; General Luiz Eduardo Rocha Paiva - Diretor de Geopolítica e Conflitos do Instituto Sagres.

24 de novembro de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA "POLÍTICA EXTERNA, MEIO AMBIENTE E SOBERANIA"

Alexssandro Loyola/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, realizou, em 24 de novembro de 2021, audiência pública para debater política externa, meio ambiente e soberania, de acordo as prioridades definidas pelo Brasil e defendidas nos fóruns internos e internacionais, tendo como expositor o Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão.

A audiência pública atendeu ao Requerimento nº 68/2021-CREDN, de autoria do Presidente da CREDN, deputado Aécio Neves, subscrito pelos deputados Perpétua Almeida e David Miranda. No evento, o Vice-Presidente falou à CREDN sobre as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), os interesses internacionais, o agronegócio e o potencial de exploração da biodiversidade e de riquezas minerais na Amazônia.

Ao tratar da questão das taxas de desmatamento, Mourão esclareceu que a ação do governo nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) evitaram taxas ainda maiores, indicando uma desaceleração desses índices. Ele afirmou que a ação dos militares para coibir ilegalidades na Amazônia serve para aumentar a presença do Estado na região; mas o certo seria contratar mais fiscais e equipar as agências ambientais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). "Tenho cobrado do Ministério do Meio Ambiente um planejamento para recuperação da capacidade operacional das agências ambientais", comentou.

O vice-presidente da República disse que o desmatamento está concentrado em 11 cidades do Pará, do Sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso. Mas que existem dificuldades

relacionadas às grandes distâncias, como é o caso do município de Altamira, no Pará, que tem tamanho similar ao de Portugal.

Mourão afirmou que, se outros países quiserem oferecer recursos ao Brasil para preservar a Amazônia, não pode haver ingerência sobre o dinheiro, porque isso seria uma perda de soberania. E citou como exemplo o Fundo Amazônia, que tinha recursos externos. Mourão lembrou que 84% da Amazônia está preservado e que os países desenvolvidos não preservaram as suas florestas. Entre os riscos da falta de controle atual da região, Mourão citou a perda de riquezas naturais e a infiltração de pessoas com interesses ideológicos entre grupos de refugiados.

Hamilton Mourão e outros deputados defenderam a regulamentação da mineração em terras indígenas como forma de ocupar a região de maneira sustentável e oferecer recursos para esses povos originais. Segundo ele, o garimpo é menos danoso que a exploração de madeira e a pecuária. Mourão também defendeu a regularização fundiária como forma de aumentar a produtividade dos agricultores por meio de financiamento, o que, de acordo com ele, reduziria o desmatamento.

O Vice-Presidente reconheceu que questão ambiental é o principal desafio global da atualidade. O deputado Aécio Neves, por sua vez, destacou a necessidade de o Brasil lidar com a questão amazônica como “uma política de Estado e não de governos, que são circunstanciais”.

7 de dezembro de 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA "DOCUMENTOS BÁSICOS DA DEFESA NACIONAL"

Assessoria de Imprensa CREDN

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, realizou, em 7 de dezembro de 2021, nova audiência pública para discutir a implementação da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa Nacional.

A reunião atendeu ao Requerimento nº 80/2021-CREDN, de autoria do deputado Cláudio Cajado, relator dos três documentos básicos da Defesa Nacional na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI).

A CREDN promoveu, em 2021, outras duas rodadas de audiências públicas para debater aspectos relacionados à elaboração, aprimoramento e implementação desses documentos. Na primeira audiência, realizada em outubro, foram ouvidos o Ministro da Defesa e os Comandantes das Forças Armadas. Em novembro, houve a participação de especialistas e estudiosos do assunto.

"Para fechar o ciclo de debates em torno dessa temática, vamos ouvir os representantes da indústria nacional de defesa, segmento indispensável no contexto da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa Nacional, além de ser um polo indutor do desenvolvimento econômico do país", explicou o Deputado Claudio Cajado.

Durante a audiência, os representantes da indústria defenderam que a venda interna e as exportações devem andar juntas, mas que, hoje, dado o investimento que é feito, são as exportações que têm mantido as empresas funcionando. Além da previsibilidade orçamentária, a indústria também pediu que o governo, por meio do Ministério da Defesa, incremente as compras pelas Forças Armadas e, em paralelo, garantam mais apoio às exportações.

Os debates indicaram que uma das dificuldades enfrentadas pela Base Industrial de Defesa diz respeito às garantias para a exportação que, atualmente, são muito difíceis de serem obtidas. O financiamento para o cliente estrangeiro poder adquirir da indústria brasileira, é outro obstáculo a ser superado. O setor pediu, ainda, o aperfeiçoamento das questões tributárias para que a indústria nacional tenha melhores condições de competir com as concorrentes estrangeiras.

Participaram da audiência, como expositores: Almirante Edésio Teixeira de Lima, Diretor-Presidente da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron); General Aderico Mattioli, Diretor-Presidente da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL); Eduardo Leonetti Lopes o diretor de Relações Institucionais da Avibras Indústria Aeroespacial S/A; e Alexandre Bernardes, Diretor de Relações Institucionais da Iveco Veículos de Defesa.

Capítulo 7

DIPLOMACIA PARLAMENTAR

AGENDAS INTERNACIONAIS REALIZADAS EM 2021

DIA 31/03/2021

- **Embaixador da China no Brasil, Senhor Yang Wanming**

DIA 01/04/2021

- **Diretor-Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Doutor Tedros Adhanon Ghebreyesus**

DIA 15/04/2021

- **Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Senhor Todd Chapman**

DIA 23/04/2021

- **Embaixador do Irã no Brasil, Senhor Houssein Gharibi**
- **Embaixador do Chile no Brasil, Senhor Fernando Schmidt Ariztía**

DIA 30/04/2021

- **Embaixador da Rússia no Brasil, Senhor Alexey Kazimirovitch Labetskiy**

DIA 11/05/2021

- **Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, e o representante do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), Embaixador Alexandre Parolla**

DIA 14/05/2021

- **Embaixador da China no Brasil, Senhor Yang Wanming**

DIA 09/06/2021

- **Embaixador da Colômbia no Brasil, Senhor Darío Montoya Mejia**

DIA 22/06/2021

- **Embaixador do Reino Unido no Brasil, Senhor Peter Wilson**

DIA 07/07/2021

- **Embaixador da Índia no Brasil, Senhor Suresh Reddy**

DIA 11/08/2021

- **Embaixador da Argentina no Brasil, Senhor Daniel Scioli**
- **Embaixador da Espanha no Brasil, Senhor Fernando García Casas**

DIA 15/09/2021

- **Embaixadora Encarregada da Venezuela no Brasil, Senhora Maria Teresa Belandria e Ministro Conselheiro da Embaixada da Venezuela no Brasil, Senhor Tomás Silva**

DIA 20/10/2021

- **Embaixador do Marrocos no Brasil, Senhor Nabil Adghoghi**
- **Embaixador do Paraguai no Brasil, Senhor Juan Ángel Delgadilho**

DIA 03/11/2021

- **Embaixador da Áustria no Brasil, Senhor Stefan Scholz e dos parlamentares austríacos Martin Graf e Axel Kasseger**

DIA 17/11/2021

- **Comitiva composta por Parlamentares, Embaixador, Vice-Ministro da Agricultura e Conselheiro do Ministro da Agricultura do Irã.**

DIA 30/11/2021

- **Comitiva composta pelo Embaixador da Indonésia no Brasil, Senhor Duta Besar Edi Yusup por parlamentares indonésios.**

31 de março de 2021

CREDN TRATA DE VACINAS E INSUMOS COM O EMBAIXADOR DA CHINA NO BRASIL

Assessoria de Imprensa/CREDN

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Deputado Aécio Neves (PSDB/MG), reuniu-se, em 31 de março de 2021, com o Embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, com quem tratou de vacinas e insumos para apoiar os esforços de combate ao Covid-19 no Brasil. Participaram da videoconferência com o embaixador a Deputada Soraya Santos (PL/RJ) e o Deputado Fausto Pinato (PP/SP).

De acordo com o Deputado Aécio Neves, “o Embaixador garantiu que não haverá qualquer atraso na oferta dos insumos necessários à fabricação de vacinas, tanto pelo Butantan como pela Fiocruz. Tratamos, ainda, da transferência de tecnologia que permita ao Brasil adquirir a capacidade de produzir, aqui mesmo, esses insumos”.

Na avaliação de Aécio Neves, apenas a ampliação e a aceleração no processo de vacinação permitirão ao Brasil fazer regredir a curva crescente de infectados e óbitos. “Já temos, inclusive, para a próxima semana, um encontro marcado com o diretor-geral da OMS. Vamos mostrar que atender prioritariamente o Brasil significa atender a toda nossa região e, além de ajudar a salvar vidas de brasileiros, também se trata de impedir que novas variantes desse vírus possam alcançar outras regiões do mundo”, concluiu.

1º de abril de 2021

PRESIDENTE DA CREDN PARTICIPA DE REUNIÃO VIRTUAL COM O DIRETOR-GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Assessoria de Imprensa/CREDN

Em 1º de abril de 2021, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Aécio Neves, participou de reunião virtual com o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), o etíope Tedros Adhanom Ghebreyesus. A reunião contou com a participação da senadora Kátia Abreu, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Os parlamentares manifestaram a preocupação do Congresso quanto ao recebimento de vacinas e a gravidade da pandemia no país.

Ao classificar a situação da pandemia no Brasil como dramática, o deputado Aécio Neves pediu ao diretor-geral da OMS que a entidade reveja o cronograma de entrega de vacinas para o combate ao Covid-19. “Precisamos acelerar o processo de vacinação e o mundo deve se sensibilizar e apoiar a adoção de uma nova equação para evitar que o caos brasileiro se espalhe ainda mais”, afirmou o deputado.

Tedros Adhanom revelou que há problemas na produção por parte de todos os fabricantes, mas prometeu levar a demanda brasileira para deliberação do Acelerador ACT, iniciativa para acelerar o processo de desenvolvimento, produção e acesso equitativo a provas, tratamentos e vacinas contra o coronavírus.

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde também se dispôs a enviar duas equipes da OMS para o Brasil, desde que haja concordância do governo brasileiro. Uma equipe para trabalhar diretamente com a Fiocruz e com o Instituto Butantan, na produção local de

vacinas, e outra para colaborar com o Ministério da Saúde, na redefinição de políticas públicas de combate à expansão da Covid-19.

“Vamos trabalhar para que o governo brasileiro aceite a oferta da OMS e, também, para que seja revista a posição do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) quanto à iniciativa de Índia e África do Sul, para que haja uma quebra temporária de patentes. Isso permitirá que os países em desenvolvimento, Brasil incluído, possam acelerar também o processo de produção local de insumos e vacinas”, explicou Aécio Neves.

O deputado também pediu à OMS que apoie os esforços do Brasil para a produção do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA). Segundo ele, “o complexo industrial brasileiro não se restringe à Fiocruz e ao Butantan. Há muitos outros centros de referência em condições de se somar às iniciativas que podem conferir ao Brasil maior independência neste momento de crise grave”, assinalou.

O diretor-geral alerta que, para além da vacinação e aceleração do cronograma de envio de vacinas ao Brasil, que ele prometeu ajudar, é preciso que medidas de contenção sejam mantidas. “Ele falou isso de forma reiterada, de que é necessário manter o distanciamento social, o uso de máscaras, a higienização das mãos, além da ventilação dos ambientes. Acho que tudo isso contribui para a inversão da curva que hoje estamos vivendo no Brasil”, completou o deputado.

15 de abril de 2021

CREDN DISCUTE VACINAS E CLIMA COM EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL

O envio de vacinas excedentes dos EUA para o Brasil e uma nova postura brasileira em relação ao clima foram os principais temas tratados pelo presidente da CREDN, deputado Aécio Neves (PSDB-MG) com o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Todd Chapman, em 15 de abril de 2021. O deputado Coronel Armando (PSL-SC), segundo vice-presidente da Comissão, também participou do encontro.

De acordo com Chapman, lei aprovada pelo Congresso dos EUA impede a doação e venda de doses ao exterior enquanto a vacinação de cidadãos norte-americanos não estiver completa. Segundo ele, "existe a possibilidade de "empréstimo" de vacinas, na linha do que já foi implementado com Canadá e México", afirmou. O embaixador indicou que o tema segue sob análise de um Grupo Técnico criado pela Casa Branca e reunido em Washington.

O deputado Aécio Neves solicitou, ainda, que caso os EUA optem por doar as doses extras para o consórcio COVAX, da OMS, que fosse feita uma recomendação por parte das autoridades do país, para que a organização inserisse, entre os critérios de distribuição de vacinas, o de severidade da pandemia e velocidade de contaminação das populações, prioridades defendidas pelo deputado junto ao Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, em audiência realizada no dia 1º de abril.

Na reunião com o embaixador Todd Chapman, Aécio Neves também recordou o histórico do Brasil em matéria de política ambiental e a necessidade de se recuperar o espírito da Rio-92 para fazer avançar a agenda multilateral do clima. Nesta direção, ele elogiou a prioridade dada pelo Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, aos temas relacionados à mudança climática.

Aécio Neves reafirmou, igualmente, a importância que o Brasil atribui ao apoio dos EUA para o ingresso do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE), bem como para superar o impasse na recomposição do órgão de apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Chapman, por sua vez, destacou de forma positiva a carta enviada ao Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, pelo presidente brasileiro Jair Bolsonaro e avaliou que a Cúpula de Líderes para o Clima, marcada para os dias 22 e 23 de abril, será a oportunidade ideal para o Brasil demonstrar que seu posicionamento mudou nas negociações climáticas.

O Embaixador norte-americano elogiou, em especial, o compromisso do Brasil de zerar o desmatamento ilegal até 2030. Chapman reconheceu, também, que a pobreza é o maior vetor da degradação ambiental e que é preciso trabalhar para aprovar, na COP-26, mecanismos efetivos de pagamentos por serviços ambientais e captação de recursos externos.

23 de abril de 2021

EMBAIXADOR DO IRÃ DESTACA PAPEL DO BRASIL NA ALIMENTAÇÃO DO PAÍS EM REUNIÃO COM A CREDN

Marcelo Rech/CREDN

Em 23 de abril de 2021, o Embaixador do Irã no Brasil, Houssein Gharibi, reuniu-se virtualmente com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputado Aécio Neves, e o seu 1º Vice-Presidente, deputado Rubens Bueno (CIDADANIA-PR), com os quais discutiu temas da agenda bilateral e global.

Na oportunidade, o embaixador iraniano destacou o papel do Brasil na exportação de alimentos para o seu país. “Através dessa relação com o Brasil, provemos alimentos para a nossa população”, afirmou. Houssein Gharibi também se disse confiante na retomada do acordo nuclear firmado com os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e a Alemanha.

“Considero as relações do Brasil com o Irã uma das mais importantes e estratégicas para o país e, no que depender dessa nova fase da nossa política externa, tudo faremos para fortalecer ainda mais essas relações em todas as áreas”, defendeu o deputado Aécio Neves. Atualmente, o comércio bilateral está na casa dos US$ 5 bilhões, mas a pretensão de Teerã é dobrá-lo, chegando aos US$ 10 bilhões. Para o presidente da CREDN isso não só é possível como desejável.

“Temos um comércio que já é relevante e com saldo favorável ao Brasil, mas podemos ampliá-lo e diversificá-lo, sobretudo com uma pauta mais industrial, que contemple produtos com alto valor agregado como aviões e caminhões, implementos agrícolas, equipamentos médico-hospitalares, medicamentos, ônibus urbanos, serviços de engenharia, entre outros”, defendeu o deputado. Rubens Bueno reiterou a importância do apoio da CREDN para que o comércio bilateral seja “mais ativo e sustentável”.

Em relação às sanções aplicadas ao Irã, Aécio Neves também manifestou preocupação. Na sua avaliação, essas sanções podem ser paulatinamente retiradas com a retomada do acordo nuclear, "o que propiciará uma evolução ainda maior do nosso comércio bilateral", afirmou. De acordo com o Embaixador iraniano, são mais de 1.500 sanções ilegais impostas contra o seu país. No entanto, ele revelou que Teerã vê com bons olhos a disposição dos EUA em retornar ao acordo nuclear e assegurou que o Irã está preparado para cumprir com todos os requisitos negociados.

"O presidente Joe Biden afirmou, quando de sua eleição, que retiraria as sanções. Começamos a conversar em Viena e, nas próximas semanas, retornaremos às negociações. Há um sentimento mútuo das delegações de que será possível alcançar um entendimento", assegurou Houssein Gharibi.

Aécio Neves assegurou que, durante a sua gestão, "equilíbrio e equidistância" serão a tônica da Comissão em relação a conflitos regionais.

23 de abril de 2021

PRESIDENTE DA CREDN SE REUNE COM O EMBAIXADOR DO CHILE NO BRASIL

Marcelo Rech/CREDN

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Aécio Neves (PSDB-MG), reuniu-se, em 23 de abril de 2021, com o Embaixador do Chile no Brasil, Fernando Schmidt Ariztía.

À ocasião, o deputado Aécio Neves manifestou a importância da a imediata aprovação do Acordo de Livre Comércio firmado entre o Brasil e o Chile em 2019. A matéria está com urgência aprovada para ser apreciada pelo Plenário da Câmara.

“O Brasil é o principal parceiro comercial do Chile na América Latina e, com a aprovação deste acordo, daremos um novo e vigoroso passo para consolidar ainda mais essa virtuosa parceria. As relações do Brasil com o Chile estão entre as mais liberalizantes do mundo e estamos em dívida com esse importante e estratégico parceiro”, afirmou o deputado.

Aécio Neves também manifestou apoio ao projeto do Corredor Bioceânico que, segundo ele, “abrirá uma nova fronteira econômica, não apenas para o Brasil, mas para todos os países do Cone Sul”. O embaixador chileno assinalou que a vigência do acordo de livre comércio também impactará no êxito do Corredor Bioceânico. “Não se trata de uma obra, mas de um sistema que irá beneficiar e muito as exportações brasileiras, especialmente de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para o Extremo Oriente”, explicou Fernando Schmidt.

O Corredor Rodoviário Bioceânico Porto Murtinho-Portos, do Norte do Chile, é um eixo logístico que deverá impulsionar a integração econômica do Brasil à região da Ásia-Pacífico. Um Grupo de Trabalho foi instituído e tem avançado em questões logísticas e aduaneiras.

Já em termos econômicos, o Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo, na casa dos US$ 37 bilhões, enquanto o Brasil registra investimentos na economia chilena de mais de US$ 4,5 bilhões, em setores como energia, serviços financeiros, alimentos, mineração, siderurgia, construção e fármacos.

O deputado Aécio Neves também se comprometeu com a aprovação, pelo Plenário da Câmara, do Acordo de Cooperação Antártica firmado entre Brasil e Chile, em 2013 e que já passou por todas as comissões da Casa. Na prática, o acordo formaliza uma cooperação que vem desde a adesão do Brasil ao Tratado Antártico, em 1975. Mais recentemente, o Chile foi fundamental no apoio à reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, inaugurada em 2020.

30 de abril de 2021

PRESIDENTE DA CREDN SE REUNE COM O EMBAIXADOR DA RÚSSIA NO BRASIL

Marcelo Rech/CREDN

Em 30 de abril de 2021, o deputado Aécio Neves (PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, realizou reunião virtual com o Embaixador da Rússia no Brasil, Alexey Labetskiy.

Durante o encontro, o deputado Aécio Neves classificou de intempestiva a decisão do Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF), responsável pela produção e distribuição da vacina Sputnik V no exterior, de processar a ANVISA, que vetara a aquisição da vacina russa. Aécio Neves ponderou que "esta decisão não ajuda em nada. Devemos priorizar os esforços em busca de uma solução que permita que a Sputnik seja mais uma vacina à disposição dos brasileiros, com toda segurança e as garantias previstas pelos órgãos reguladores".

Alexey Labetskiy considerou estranha a decisão da ANVISA que, segundo ele, "está baseada apenas em papéis, não em estudos técnicos e análises científicas sobre a vacina." Ainda de acordo com o embaixador, a Rússia não precisaria promover a vacina que já teria cerca de 1 bilhão de doses comercializadas com diferentes países.

Ao assinalar que "é impossível que apenas um país consiga vencer o vírus", o diplomata reiterou que "a reputação da vacina foi manchada pela ANVISA", mas se mostrou disposto a manter os contatos para viabilizar não apenas a exportação da Sputnik, como a sua produção no Brasil através de uma empresa privada que já dispõe de parques em Brasília e em Guarulhos.

"A grande preocupação é com o tempo. Quanto maior o número de vacinas disponíveis para a população, mais rapidamente podemos controlar a situação. Não há espaço de ordem política ou ideológica, para lidar com essa emergência. O foco dos esforços deve estar nas soluções", observou Aécio Neves.

O presidente da CREDN também conversou sobre a posição da Rússia em relação à quebra temporária de patentes para ampliar a produção global de vacinas. De acordo com o embaixador russo, este tema também tem sido alvo de discussões tanto no Parlamento como pelas entidades médicas e sanitárias, mas a Rússia tem a preocupação de que, mesmo temporária, essa quebra possa abrir o precedente para outros itens, desde produtos agrícolas até mísseis.

No âmbito do BRICS, Alexey Labetskiy, defendeu que os esforços sejam centrados na criação de um centro de pesquisas epidemiológicas, que já conta com o apoio dos cinco integrantes do bloco. Revelou, ainda, que a empresa privada com a qual o fundo russo firmou parceria poderá, em breve, produzir a Sputnik totalmente no Brasil, sem sequer pagar royalties.

11 de maio de 2021

PRESIDENTE DA CREDN REUNE-SE COM O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E COM O REPRESENTANTE DO BRASIL NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Assessoria de Imprensa/MRE

Em 11 de maio de 2021, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Aécio Neves, reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, e, virtualmente, com o representante do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), Embaixador Alexandre Parolla.

“Insisti na tese de que o governo brasileiro deveria rever seu posicionamento em relação às vacinas contra a Covid-19, passando a defender a flexibilização temporária das patentes e a ampliação do parque industrial farmacêutico no país”, afirmou o deputado.

Durante o encontro, Aécio Neves recebeu uma atualização sobre os desdobramentos, em Genebra, do apoio dos EUA a uma suspensão temporária de patentes de vacinas contra a Covid-19. Ele revelou que há uma crescente inquietação no Congresso Nacional com o agravamento da crise sanitária no Brasil e as dificuldades enfrentadas pelos laboratórios nacionais com a importação de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) e de vacinas para abastecer o Plano Nacional de Imunização.

O deputado lembrou, nesse sentido, a recente aprovação, no Senado, do PL 12/2021 e seu encaminhamento à Câmara dos Deputados. Para o presidente da CREDN, a proposta da Índia e África do Sul, favorável à suspensão temporária de partes do acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, em português), assim como o PL 12/2021, podem ser instrumentos eficazes para estimular mais acordos voluntários de transferência de tecnologia, na linha do que vem sendo defendido pela própria OMC.

"O Embaixador Parolla nos relatou que a mudança de posição dos EUA surpreendeu inclusive os diplomatas norte-americanos junto à OMC. De acordo com ele, esse novo posicionamento do governo Biden está fortalecendo uma terceira via: a pressão sobre as farmacêuticas para que transfiram voluntariamente tecnologia para que se possa avançar, em quantidade e rapidez, a produção de vacinas em várias regiões do mundo. Nesta linha, me reunirei com o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, para tratar da tramitação do PL 12/21 aprovado pelo Senado sobre o tema", explicou Aécio Neves.

Aécio Neves também manifestou a sua preocupação com a necessidade de atrair investimentos e tecnologias para reestruturar o parque tecnológico brasileiro de forma a evitar que a atual situação de dependência extrema da importação de insumos e vacinas se repita no futuro e, ao mesmo tempo, permitir que o Brasil possa dar sua contribuição para o enfrentamento da pandemia (e de situações futuras) na região como agente produtor e distribuidor de vacinas.

Já o chanceler Carlos França reiterou a mensagem transmitida durante sua audiência na CREDN, em 28 de abril, ou seja, que o Brasil está disposto a colaborar para o consenso que se venha a construir na OMC sobre a melhor forma de enfrentar os desafios da pandemia.

Na OMC, a proposta sul-africana e indiana é co-patrocinada por 57 membros e conta com apoio de 40 outros países. Haveria tendência em Genebra de flexibilização da posição de todas as partes envolvidas em prol de uma negociação de texto, mas trata-se de algo que não será imediato e com impacto no curto prazo.

O presidente da CREDN defendeu que o Brasil, como ator internacional e regional relevante e diante de seu histórico de atuação no sistema multilateral de comércio, poderia adotar posição mais ousada e juntar-se a um consenso em prol da proposta de suspensão de patentes de vacinas para a Covid-19, com o objetivo de estimular mecanismos de transferência de tecnologia. "Precisamos sair dessa pandemia mais fortalecidos do que entramos, recuperando o parque farmacêutico nacional e contribuindo para municiar a região com vacinas e medicamentos", concluiu.

9 de junho de 2021

PRESIDENTE DA CREDN RECEBE O EMBAIXADOR DA COLÔMBIA NO BRASIL

Assessoria de Imprensa/CREDN

A crise social na Colômbia, que já dura 45 dias, foi o principal tema da reunião entre o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), e o Embaixador da Colômbia no Brasil, Darío Montoya, realizada em 9 de junho de 2021. "Os protestos que tiveram início em 28 de abril, representam legitimamente o direito das pessoas, mas muitos deles têm conduzido a atos de violência, cuja rejeição tem sido eminente por parte de todos os setores da sociedade colombiana", afirmou o Embaixador.

Darío Montoya explicou que o governo colombiano valoriza e respeita as manifestações pacíficas com o devido respeito à Constituição e à Lei, "entendendo que o diálogo nacional é a forma correta de dirimir litígios e diminuir a violência", explicou.

Para Aécio Neves, é fundamental que a Colômbia supere mais essa adversidade. Segundo ele, o país é um modelo e exemplo para a região, com uma democracia sólida e instituições respeitadas. "De nossa parte, faremos de tudo para que as relações bilaterais sejam cada vez mais ampliadas e fortalecidas. Não faltarão aqueles que reconhecem os esforços dos colombianos pela paz e o desenvolvimento do seu país", destacou o deputado.

Na sua avaliação, "o que ocorre neste momento na Colômbia é circunstancial e o país sairá ainda mais forte dessa crise. Trata-se de um país estratégico não apenas para o Brasil, mas para toda a região", concluiu.

22 de junho de 2021

REUNIÃO ENTRE O PRESIDENTE DA CREDN E O EMBAIXADOR DO REINO UNIDO NO BRASIL

Assessoria de Imprensa/CREDN

Em reunião com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Aécio Neves, ocorrido em 22 de junho de 2021, o Embaixador britânico no Brasil, Peter Wilson, afirmou que o Reino Unido considera o Brasil um ator estratégico com o qual deseja ampliar e aprofundar as relações bilaterais e a coordenação em temas da agenda internacional.

Os dois trocaram impressões sobre o atual quadro geopolítico e as ameaças representadas pelos países que não comungam dos mesmos valores democráticos que o Brasil e o Reino Unido. De acordo com o Embaixador Peter Wilson, o Reino Unido quer o Brasil como parceiro em temas como saúde, comércio, meio ambiente, segurança e defesa.

Para o presidente da CREDN, o interesse do Reino Unido em aprofundar as relações com o Brasil pode se traduzir em oportunidades em várias áreas, incluindo o comércio e investimentos. “Temos muitos desafios pela frente, incluindo as questões climáticas que impactam os acordos comerciais e, hoje, travam os avanços para o acordo MERCOSUL – União Europeia”, afirmou Aécio Neves.

O deputado salientou, ainda, que o país passa por um processo de resgate das tradições de sua diplomacia, de olho nas mudanças geopolíticas em curso. “O Reino Unido quer uma maior aproximação com o MERCOSUL e com o Brasil e esse interesse deve ser visto sob o olhar estratégico dos nossos interesses regionais e globais”, destacou.

7 de julho de 2021

CREDN RECEBE O EMBAIXADOR DA ÍNDIA NO BRASIL

Assessoria de Imprensa/CREDN

Em 7 de julho de 2021, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputado Aécio Neves reuniu-se com O Embaixador da Índia no Brasil, Suresh Reddy. Participaram do encontro os deputados Rubens Bueno (CIDADANIA-PR), 1º vice-presidente da CREDN, e Marcel Van Hattem (NOVO-RS). Eles conversaram sobre o potencial extraordinário que se apresenta para os dois países, especialmente em um contexto de recuperação econômica pós-pandemia. "O Brasil deve ser parceiro da Nova Índia que estamos construindo", afirmou o embaixador.

"As relações do Brasil com a Índia devem ser colocadas no mais alto nível de prioridade. Chama-nos a atenção não apenas o crescimento econômico indiano, mas o seu desenvolvimento científico e tecnológico. Além disso, temos muitos interesses comuns e os partilhamos, no nível bilateral, em foros como o G20, G4 e BRICS", destacou o deputado.

Suresh Reddy chamou a atenção para o crescimento da classe média indiana, hoje estimada em 350 milhões de pessoas. "No entanto, não encontramos nos supermercados indianos produtos brasileiros. Setores como os de sucos naturais e proteína animal, por exemplo, têm enorme potencial para atender a essa camada da sociedade indiana", explicou.

Ele enfatizou, ainda, o interesse da Índia em ter uma cooperação com o Brasil em biocombustíveis – a Índia pretende atingir um mercado de US$ 10 bilhões em até cinco anos, com o seu etanol – e aviões comerciais. Neste sentido, o país já abriu conversas com a EMBRAER para jatos regionais. O país pretende adquirir um total de dez mil aeronaves

para a atender a demanda crescente. Os dois países também pretendem aprofundar as parcerias em segurança e defesa.

Segundo Aécio Neves, “a Índia é uma inspiração e eu espero que, neste processo de redirecionamento da nossa política externa, nós possamos explorar, com uma melhor coordenação, as oportunidades que se apresentam tanto em termos de comércio como mudanças climáticas, saúde, reforma da ONU, defesa cibernética, entre outros”, concluiu.

11 de agosto de 2021

ENCONTRO ENTRE O PRESIDENTE DA CREDN E O EMBAIXADOR DA ARGENTINA NO BRASIL

Assessoria de Imprensa/CREDN

Em 11 de agosto de 2021, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Aécio Neves, recebeu o Embaixador da Argentina no Brasil, Daniel Scioli, para quem uma maior integração entre os dois países é fundamental para a recuperação econômica pós-pandemia. O chanceler deseja os dois países trabalhando juntos pela recuperação econômica e o fortalecimento do MERCOSUL.

"É incompreensível que Brasil e Argentina não tenham uma estratégia comum para a região", observou Aécio Neves. Para o deputado, "os pontos convergentes são muito maiores e mais relevantes que os pontos conflitantes".

Por sua vez, Daniel Scioli reconheceu que sua principal missão é trabalhar na reconstrução dessas relações entre o Brasil e a Argentina. Neste sentido, ele afirmou que o papel da CREDN e, em especial, do seu presidente, é fundamental para ajudar a aparar arestas que acabam prejudicando o relacionamento.

Daniel Scioli revelou que esse processo de diálogo franco permitiu que o comércio bilateral crescesse 60% mesmo durante a pandemia. Ele assegurou, ainda, que a Argentina mantém interesse em adquirir o blindado Guarani, fabricado no Brasil e pediu o apoio da CREDN para que as negociações sejam concluídas em breve.

11 de agosto de 2021

PRESIDENTE DA CREDN RECEBE O EMBAIXADOR DA ESPANHA NO BRASIL

Assessoria de Imprensa/CREDN

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), agradeceu, em 11 de agosto de 2021, o empenho pessoal do Embaixador da Espanha, Fernando García Casas, às demandas dos estudantes brasileiros que enfrentaram problemas para retomarem seus estudos na Europa devido à pandemia. Ele também reconheceu a importância do apoio espanhol à ratificação do Acordo Comercial assinado pelo MERCOSUL com a União Europeia.
"O Embaixador García Casas, mesmo de férias em Madri, atuou para que a Espanha agilizasse as normas sanitárias, permitindo que muitos estudantes brasileiros pudessem retomar seus estudos. Por isso, o nosso agradecimento pelas gestões que demonstram a importância das relações bilaterais", explicou o deputado.

Em relação à ratificação do acordo com o MERCOSUL, que criará a maior área de livre comércio do planeta, Fernando García Casas, que participou, em 1995, do lançamento das negociações, reiterou o "apoio claro e firme ao instrumento". Segundo ele, "a presidência brasileira do MERCOSUL tende a ser muito positiva e estamos trabalhando para que, superada a revisão jurídica do acordo, o texto possa ser encaminhado aos respectivos parlamentos", assinalou.

Na avaliação de Aécio Neves, “a Espanha é a grande esperança para destravarmos a tramitação deste acordo, bem como para nos ajudar a mostrar, na Europa, que apesar dos inúmeros problemas, o Brasil está fazendo um grande esforço no combate ao desmatamento e aos incêndios na Amazônia”, afirmou.

O presidente da CREDN disse, ainda, “que com ou sem razão, nos últimos anos a imagem negativa do Brasil agravou-se muito, fazendo com que determinados países usassem isso para voltar com políticas protecionistas”, concluiu.

Para o deputado, o mesmo se aplica à OCDE, pois o Brasil é um dos países não membros que mais cumpre com as boas práticas da organização. Nesta direção, García Casas afirmou que “uma OCDE sem o Brasil, é uma organização incompleta”.

15 de setembro de 2021

CREDN RECEBE A EMBAIXADORA ENCARREGADA DA VENEZUELA NO BRASIL

Assessoria de Imprensa/CREDN

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Aécio Neves, recebeu, em 15 de setembro de 2021, a Embaixadora Encarregada da Venezuela no Brasil, Maria Teresa Belandria, e o seu Ministro Conselheiro, Tomás Silva. O deputado Claudio Cajado (PP/BA), 3º vice-presidente da CREDN, também participou do encontro.

Na oportunidade, o deputado Aécio Neves reafirmou o seu apoio e compromisso com o retorno da democracia naquele país e conversou, por videoconferência, com o presidente interino Juan Guaidó. O presidente da CREDN reconheceu o papel de Guaidó nas tentativas de ampliação da vacinação no país e a entrega de remédios e alimentos para as pessoas.

Aécio Neves revelou que a crise na Venezuela é um tema que será retomado em breve pela CREDN, sobretudo devido ao fluxo de 400 venezuelanos que ingressam diariamente no país através da fronteira com Roraima. “Esse é um tema que não diz respeito apenas a um país, mas à toda uma região. Por isso, vamos retomar o debate e discutir como o Brasil pode envolver-se mais e melhor”, explicou o deputado.

Belandria também agradeceu o apoio recebido do Brasil, por meio da Operação Acolhida, e lembrou que se trata de uma operação elogiada em todo o mundo. Na sua avaliação, “os parlamentares brasileiros precisam envolver-se mais nas discussões sobre a Venezuela e o seu impacto”, destacou.

20 de outubro de 2021

EMBAIXADOR DO MARROCOS NO BRASIL VISITA A CREDN

Assessoria de Imprensa/CREDN

O deputado Aécio Neves, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, recebeu, em 20 de outubro de 2021, o Embaixador do Marrocos no Brasil, Nabil Adghoghi, com quem conversou sobre as relações bilaterais e a geopolítica no Norte da África. De acordo com o diplomata marroquino, "as relações entre os dois países são excelentes e estamos construindo uma parceria estratégica ainda mais forte".

O presidente da CREDN reconheceu o papel estratégico do Marrocos na integração África – Europa. Destacou, ainda, o estado das relações comerciais entre o Brasil e o Marrocos e o pacote de acordos que têm sido aprovados pela Comissão este ano. Apenas em 2021, a CREDN analisou e aprovou os tratados de Extradição, sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, sobre Transferência de Pessoas Condenadas, bem como o acordo de cooperação em Defesa.

Adghoghi também afirmou que o Marrocos espera resultados objetivos por parte do ítalo-sueco Staffan de Mistura, novo enviado da ONU para o Sahara Ocidental. O processo na região segue parado apesar, segundo o Embaixador do Marrocos, "de todas as ofertas feitas por Rabat quanto à autonomia da região". Para Aécio Neves, "as Nações Unidas precisam adotar uma postura mais assertiva para que uma solução política seja alcançada".

Quanto ao relacionamento bilateral, o deputado entende que "o Marrocos tem se modernizado muito e exerce um papel estratégico entre a África e a Europa, ativo que pode ser benéfico para o Brasil e sua inserção nas duas regiões", destacou.

20 de outubro de 2021

PRESIDENTE DA CREDN RECEBE O EMBAIXADOR DO PARAGUAI NO BRASIL

Assessoria de Imprensa/CREDN

O deputado Aécio Neves, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional reuniu-se, em 20 de outubro de 2021, com o Embaixador do Paraguai no Brasil, Juan Ángel Delgadillo, com quem conversou sobre a importância de os parlamentares trabalharem na defesa da unidade do MERCOSUL. Delgadillo afirmou que o bloco não pode se dividir sob pena de desaparecer.

De acordo com Delgadillo, os países do bloco precisam atuar de forma conjunta, inclusive quanto à revisão da Tarifa Externa Comum (TEC). Afirmou, ainda, que o Paraguai é favorável a um acordo comercial, não político, com a China, desde que fechado pelo MERCOSUL e não individualmente.

“Manter a unidade da Tarifa Externa Comum, a coluna vertebral do MERCOSUL, é fundamental para que o bloco busque resultados tangíveis para todos os países. Além disso, é o que nos torna mais fortes, a nossa unidade e integração, frente aos demais blocos e países”, afirmou o deputado Aécio Neves.

Os dois conversaram, ainda, sobre as obras da Ponte da Integração e o apoio da Itaipu Binacional a ações sociais como a construção de postos de saúde em regiões pobres do Paraguai. O embaixador paraguaio reconheceu, também, que as negociações do Anexo C,

do Tratado de Itaipu, é um tema extremamente sensível no país, pois não é tratado apenas como um tema econômico.

Sobre o Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia, os dois convergiram para o entendimento de que "uma negociação de mais de 20 anos não pode ser perdida e que todos os atores devem trabalhar para preservar o acordo alcançado em 2019".

3 de novembro de 2021

CREDN RECEBE VISITA DE COMITIVA DA ÁUSTRIA

Assessoria de Imprensa/CREDN

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Aécio Neves, recebeu, em 3 de novembro de 2021, os deputados austríacos Martin Graf e Axel Kassegger, acompanhados do Embaixador da Áustria no Brasil, Stefan Scholz.

Durante o encontro, Aécio Neves reforçou o apoio da CREDN à ratificação do Acordo Comercial MERCOSUL – União Europeia, fechado em 2019.

De acordo com o deputado, "um acordo negociado por 20 anos não pode ser paralisado por questões pontuais", explicou. Aécio Neves reconheceu que "o avanço na preservação da Amazônia é passaporte para uma relação ainda mais sólida e de alto nível com a União Europeia".

O parlamentar Martin Graf é presidente do Comitê de Ciência e vice-presidente do Grupo Conservador Europeu e Aliança Democrática na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e Presidente da Associação Austríaca de Amizade com a América Latina. Já o deputado Axel Kassegger é porta-voz de Política Externa e Energética. Ambos são representantes do Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ) no Conselho Nacional e membros do Grupo Parlamentar Áustria-América do Sul.

Os dois enfatizaram o interesse da Áustria em fortalecer as relações com a América Latina e, em especial, com o Brasil. Ciência e tecnologia é um dos temas prioritários para os

austríacos na relação bilateral com o Brasil. Em sua visita ao País, os parlamentares austríacos visitaram as instalações da EMBRAER e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e outras instituições dedicadas à ciência e tecnologia sediadas na cidade de Manaus.

30 de novembro de 2021

COMITIVA DA INDONÉSIA VISITA A CREDN

Assessoria de Imprensa/CREDN

O vice-presidente da CREDN, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), e a Secretária de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados, deputada Soraya Santos (PL-RJ), receberam, em 30 de novembro de 2021, a presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Indonésia-Brasil, Luluk Nur Hamidad, acompanhada de cinco parlamentares. O encontro também contou com a presença do Embaixador da Indonésia no Brasil, Duta Besar Edi Yusup.

Entre os temas tratados, destaque para a agenda ambiental e a diplomacia parlamentar, bem como para o fortalecimento da relação bilateral no âmbito da União Parlamentar Internacional e do Fórum Parlamentar do G-20.

Durante o encontro, Luluk Nur Hamidad destacou a importância da diplomacia parlamentar e a necessidade de aprofundar os contatos entre o Congresso brasileiro e as casas legislativas da Indonésia. Reforçou, igualmente, que a composição multipartidária da delegação é sinônimo do amplo interesse que o país desperta entre os legisladores na Indonésia.

A parlamentar indonésia também destacou o avanço da presença feminina na política de seu país – hoje parlamentares mulheres ocupam 21% das 560 cadeiras do parlamento local. A comitiva indonésia comentou, ainda, sobre a atualização de sua legislação ambiental à

luz das novas realidades locais e dos compromissos assumidos pelo país nos fóruns internacionais.

O deputado Rubens Bueno recordou o avanço da legislação ambiental no Brasil, destacando tanto as leis voltadas para a coibição de crimes ambientais, como a recém adotada legislação de pagamentos por serviços ambientais, destinada a dar incentivos para agricultores que preservem ou recuperem a vegetação nativa em suas propriedades.

A deputada Soraya Santos discorreu sobre as políticas brasileiras de incentivo à maior participação das mulheres na política brasileira, notando que o percentual de representação parlamentar feminina na Indonésia é o dobro do atualmente registrado no Brasil.

Concordou-se que ambos os países, por meio dos respectivos grupos parlamentares, teriam vasta agenda de convergência que mereceria ser explorada no curto prazo, seja por meio de encontros bilaterais ou através de fóruns multilaterais, como a União Parlamentar Internacional (UPI) ou o Fórum Parlamentar do G-20. Em 2022, a Indonésia será anfitriã tanto do G-20 quanto da 144ª Assembleia Parlamentar da UPI.

Capítulo 8

VISITAS TÉCNICAS E MISSÕES OFICIAIS

MISSÕES E VISITAS OFICIAIS REALIZADAS PELOS MEMBROS DA CREDN

1) MISSÃO OFICIAL A LISBOA – PORTUGAL

Data: 11 e 12/11/2021

Local: Lisboa – Portugal

Participantes:

- Deputado Aécio Neves (PSDB-MG)
- Deputado Rubens Bueno (CIDADANIA/PR)
- Deputada Soraya Santos (PL/RJ)
- Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP)
- Deputado Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA)
- Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)

Objetivo:

Participar de Seminário Internacional promovido pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Brasil. O seminário dedicou-se a dois temas de relevante interesse do Parlamento Brasileiro, com duas etapas de programações: *"25 anos de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Jornada Agostinho da Silva"* e o *"Agronegócio Sustentável do Brasil".*

No evento relativo à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, além da celebração do Jubileu de Prata, buscou-se fazer um balanço dos 25 anos da comunidade e projetar os caminhos a serem percorridos, de modo a fortalecer a união em torno da língua portuguesa, como também de outros princípios e valores compartilhados pelos países integrantes da CPLP. Pretendeu-se, também, constituir um fórum privilegiado voltado ao fortalecimento e valorização da parceria parlamentar entre os Estados-membros da Comunidade, cujo potencial de adensamento pode avançar consideravelmente, em diversas áreas de interesse, dentro de uma visão de mundo que deve perseguir cada vez mais o multilateralismo.

O evento voltado ao Agronegócio Sustentável no Brasil debateu temas de singular relevância no atual contexto da geopolítica mundial, em que o meio ambiente assumiu papel de elevado destaque e quando se observa que as principais nações e organismos multilaterais trabalham pela implementação de ações e metas voltadas à mitigação do aquecimento global, a promoção do desenvolvimento sustentável e a transição para a chamada "economia verde".

Walteer Henri/Seminário CPLP

2) VISITA TÉCNICA À 6ª MOSTRA BID BRASIL

Data: 8/12/2021

Local: Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Brasília

Participantes:

- Deputado Aécio Neves (PSDB-MG)
- Deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC)
- Deputado Claudio Cajado (PP-BA)
- Deputado Coronel Armando (PSL-SC)
- Deputado Carlos Zarattini (PT-SP)

– Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE)

Objetivo:

Visitar a 6ª Mostra BID Brasil, maior evento da base industrial de defesa e segurança do Brasil, realizado pela Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), com o apoio dos Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores, das Minas e Energia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Assessoria de Imprensa/CREDN

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Equipe técnica

Secretário-Executivo:
Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Equipe:
Clesione Alves Gomes - Chefe do Serviço de Comissão
Marcelo Ramos da Silva – Chefe da Seção de Gestão da Proposição
Adriana Goretti de Miranda Chaves
Ana Claudia de Araujo
Carlos Alberto de Aquino Mariani
Carolina Hippolito Von Der Weid
Jane Carla Silva da Conceição
Marcelo Rafael Rech
Oswaldo Henrique Pereira Fernandes de Sousa

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Anexo II, Piso Superior, Ala A, Sala 129
CEP 70160-900 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-6738 / 6740
credn@camara.leg.br
https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn

Expediente:

Projeto gráfico e capa:
Equipe Técnica CREDN
Textos e Edição:
Agência Câmara
Assessoria de Imprensa e Comunicação da CREDN
Equipe Técnica da CREDN
Fotos:
Créditos nas imagens